

A votação mostra o apoio que o economista conquistou no Congresso

Senado aprova a indicação de Galípolo

O atual diretor de Política Monetária comandará o BC a partir de janeiro de 2025, quando o atual presidente, Roberto Campos Neto, deixará a presidência da instituição

O Senado aprovou, por 66 votos a cinco, com zero abstenção, a indicação do atual diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, para ser presidente BC a partir de 2025. O resultado indica o amplo apoio que Galípolo teve tanto entre senadores - tanto governistas, quanto opositores. A aprovação aconteceu no mesmo dia da sabatina de Galípolo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, onde a indicação do economista foi aprovada por 26 votos a zero. A pedido do senador Izalci Lucas (PL-DF), o painel para votação foi aberto antes de a sabatina terminar, pouco depois das 14h. A votação desta terça-feira mostra o apoio que o

economista conquistou no Congresso. Em julho de 2023, quando passou por uma sabatina para o cargo de diretoria que ocupa hoje, Galípolo recebeu 23 votos favoráveis e dois contrários. Agora, se tornou unanimidade. Desde que foi indicado por Lula, o postulante ao cargo visitou 48 senadores da base governista e da oposição para se reapresentar ao Congresso. Durante a sabatina, Galípolo disse que a reação do BC sobre a taxa de juros "é uma reação de quem está buscando ter segurança de que o patamar da taxa de juros está equilibrado para se buscar a meta de inflação". Ele argumentou que o Brasil vive um momento diferente de outros países e outros blocos. "A Europa vem sofrendo desaceleração mais acentuada". **PÁGINA 2**

DEFESA

Lula disse que a taxa Selic está alta, mas cairá

O presidente Lula disse, para uma plateia de empresários do agronegócio, que a taxa de juros está alta, mas cairá. A fala do presidente foi ao mesmo tempo em que seu indicado para presidir o Banco Central, Gabriel Galípolo, era sabatinado no Senado. **PÁGINA 3**

PARCERIA

Nvidia anuncia construção de um supercomputador

A Nvidia anunciou na terça-feira, 8, que está construindo "o maior supercomputador de Taiwan", em parceria com a gigante de tecnologia Foxconn. O projeto vai utilizar os novos chips Blackwell da Nvidia, os mais avançados para Inteligência Artificial (IA). **PÁGINA 4**

ATAQUE



O EXÉRCITO DE ISRAEL AFIRMOU QUE MATOU DOIS IMPORTANTES NOMES DO HEZBOLLAH

após ataques em Beirute, capital do Líbano. Segundo informações da Associated Press e da Sky News, o comandante de logística e chefe do quartel-general do grupo xiita libanês, Suhail Husseini, e o sucessor de Hassan Narallah, Hashem Safieddine, morreram. O líder interino do Hezbollah, Naim Kassem, disse em declaração televisada que as capacidades militares do grupo ainda estão "intactas". O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, realizou uma coletiva de imprensa nesta terça-feira em Nova Iorque onde assinalou um ano de crises de caráter humanitário, político, diplomático e moral. O líder da ONU ressaltou que ao longo dos últimos 12 meses, Gaza se tornou o marco zero para um nível de sofrimento humano difícil de compreender. **PÁGINA 5**

PAGAMENTO

Moraes autoriza retorno da rede 'X' no Brasil

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, autorizou o desbloqueio do 'X' em todo o território nacional e determinou que a Anatel tome as providências para a plataforma voltar ao ar. Segundo ele, o retorno se justifica devido ao cumprimento integral da legislação brasileira. **PÁGINA 6**

HOSPITAIS

Governo de SP apresenta novo modelo de gestão

PÁGINA 8



TRIBUTÁRIA

FPA elege reforma como prioridade para este ano

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) tem uma série de projetos como prioritários até o fim deste ano. "São pautas amplamente debatidas internamente com parlamentares e setor produtivo", afirmou o presidente da FPA, deputado federal Pedro Lupion (PP-PR). **PÁGINA 6**

CORRUPÇÃO

Senado quer flexibilizar a Lei da Ficha Limpa

PÁGINA 7

EXPANSÃO



A PEPSICO ANUNCIOU NA TERÇA-FEIRA (8) QUE TEVE LUCRO LÍQUIDO DE US\$ 2,93 BILHÕES

no terceiro trimestre de 2024, um pouco menor do que o ganho de US\$ 3,09 bilhões apurado em igual período do ano passado. Na mesma comparação, o lucro por ação da empresa americana de bebidas e alimentos caiu de US\$ 2,24 para US\$ 2,13. **PÁGINA 3**

IBOVESPA 131.511,73 ↓ -0,38%

Mais Negociados

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
COGNA ON ON NM	1,42	+12,70%	+0,16
AZUL PN N2	6,18	+7,48%	+0,43
B3 ON NM	10,70	+1,42%	+0,15
PDG REALT ON NM	0,01	-50,00%	-0,01
HAPVIDA ON ATZ NM	3,94	-0,76%	-0,03

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
TC ON NM	5,840	+17,03%	+0,850
ATOMPAR ON	2,78	+14,88%	+0,36
COGNA ON ON NM	1,42	+12,70%	+0,16
NORD BRASIL ON	113,99	+9,61%	+9,99
FICA ON	10,00	+8,58%	+0,79

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PDG REALT ON NM	0,01	-50,00%	-0,01
SANTANENSE ON	2,21	-11,24%	-0,28
NORDON MET ON	8,20	-7,87%	-0,70
METALFRIO ON NM	100,00	-6,16%	-6,57
CBA ON NM	5,750	-6,05%	-0,370

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	42.080,37	+0,30%
S&P 500	5.751,13	+0,97%
NASDAQ	18.182,92	+1,45%
DAX 30	18.182,92	+1,45%
FTSE 100	8.190,61	-1,36%
IBEX 35	11.734,70	+0,15%

DÓLAR COMERCIAL	
COMPRA	VENDA
5,532	5,532
↑ 0,86%	

PESO	
COMPRA	VENDA
0,006	0,006
↑ 0,93%	

EURO	
COMPRA	VENDA
6,072	6,073
↑ 0,90%	

LIBRA	
COMPRA	VENDA
7,246	7,267
↑ 0,81%	

OURO	
BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 469,83	2.621,53

ESCOLHA

Senado aprova a indicação de Galípolo para presidência do BC

Galípolo disse que a reação do BC sobre a taxa de juros é um posicionamento de quem está buscando ter segurança de que o patamar da Selic está equilibrado para se buscar a meta de inflação

O Senado aprovou, por 66 votos a cinco, com zero abstenção, a indicação do atual diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, para ser presidente BC a partir de 2025. O resultado indica o amplo apoio que Galípolo teve tanto entre senadores - tanto governistas, quanto opositoristas.

A aprovação aconteceu no mesmo dia da sabatina de Galípolo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, onde a indicação do economista foi aprovada por 26 votos a zero. A pedido do senador Izalci Lucas (PL-DF), o painel para votação foi aberto antes de a sabatina terminar, pouco depois das 14h. O parlamentar argumentou que Galípolo já havia "conversado com todos os senadores" e, por isso, eles poderiam votar a indicação.

Nas 4 horas e 15 minutos de sabatina, o futuro presidente do BC foi elogiado por diversos senadores, tanto bolsonaristas, como Damarens Alves (Republicanos-DF) e Jorge Seif (PL-SC), quanto petistas, como Randolfe Rodrigues (PT-AP).

Galípolo foi indicado para o cargo pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em agosto e precisava passar pela sabatina com os senadores. O atual diretor de Política Monetária comandará a autoridade monetária a partir de janeiro de 2025, quando o atual presidente, Roberto Campos Neto, deixa a presidência da instituição.

A votação desta terça-feira mostra o apoio que o economista conquistou no Congresso. Em julho de 2023, quando passou por uma sabatina para o cargo de diretoria que ocupa hoje, Galípolo recebeu 23 votos favoráveis e dois contrários. Agora, se tornou unanimidade.

Desde que foi indicado por Lula, o postulante ao cargo visitou 48 senadores da base governista e da oposição para se reapresentar ao Congresso.

A aprovação do atual presidente do BC para o cargo, Roberto Campos Neto, pela CAE do Senado ocorreu por unanimidade, com 26 votos favoráveis. A sabatina ocorreu em 26 de fevereiro de 2019. Seu antecessor, Ilan Goldfajn, foi aprovado em 7 de junho de 2016 por 19 votos a favor e oito contra. Já Alexandre Tombini recebeu 22 "sim" contra um "não", em 7 de dezembro de 2010, enquanto o placar de Henrique Meirelles foi de 21 a 5, em 17 de dezembro de 2002.

Galípolo disse que o presidente da República garantiu "liberdade nas tomadas de decisões", em um aceno aos senadores da oposição e ao mercado financeiro, que esperam um posicionamento independente em relação ao governo federal. "Toda vez que me foi concedida a oportunidade de



O senador Izalci Lucas pediu para o painel de votação ser aberto antes da sabatina terminar, lembrando que Galípolo já havia conversado com todos os senadores

SABATINA

Galípolo diz que Lula deu garantia de liberdade na tomada de decisões

O diretor de Política Monetária do Banco Central e indicado à presidência da instituição a partir de 2025, Gabriel Galípolo, disse na manhã desta terça-feira, 8, que sempre ouviu do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a garantia da liberdade na tomada de decisões da instituição.

"Toda vez que me foi concedida a oportunidade de encontrar o presidente Lula, eu escutei de forma enfática e clara a garantia da liberdade na tomada de decisões e que o desempenho da função deve ser orientado exclusivamente pelo compromisso com o povo brasileiro, que cada ação e decisão deve unicamente ao interesse do bem-estar de cada brasileiro", relatou, durante sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O diretor comentou ser um privilégio ter sido indicado para presidir o Banco Central pelo presidente Lula. "Estar indicado pelo presidente Lula é uma grande honra e enorme responsabilidade."

Ele também salientou que compete ao BC ser o guardião da moeda. "A confiança depositada à instituição é um dos pilares centrais da sociedade civil organizada como nós conhecemos. Então isso por si só já é uma enorme responsabilidade. Essa responsabilidade ela é ampliada pelos desafios impostos, pelo quadro histórico em que a gente vive, mas também pela confiança que é depositada em mim e em toda a diretoria do Banco Central", mencionou.

Galípolo disse que, apesar de poder estar "meio fora de moda", a tentativa é de evitar antagonismos e cizânias para tentar construir e exaltar a convergência e o diálogo. "Faço questão de reafirmar: todas as conversas com os senadores e senadores, independente do partido, se oposição ou situação, também foram todas no sentido de me assegurar a liberdade na gestão e de manter o compromisso com o nosso povo e com



Galípolo: "sou daqueles que defendem que o BC não deveria nem votar na meta de inflação"

o nosso País", descreveu.

O diretor de Política Monetária do Banco Central afirmou ainda que cabe à instituição colocar o juro em nível restritivo pelo tempo necessário para atingir meta.

"Sou daqueles que defendem que o Banco Central não deveria nem votar na meta de inflação dentro do Conselho Monetário Nacional (CMN)", repetiu. "Hoje temos uma meta estabelecida de 3,0%, que cabe ao Banco Central perseguir de maneira efetiva, colocando a taxa de juros em um nível restritivo pelo tempo que for necessário para se atingir essa meta. Essa é a função do Banco Central, assim que funciona o arcabouço institucional e legal do Banco Central", continuou.

Ele comentou sobre o tema ao abordar a questão da autonomia da instituição. "Sou relativamente novo na vida pública, mas aprendi que nos debates da vida pública existem algumas palavras-chave, que são quase um gatilho. E eu aprendi que autonomia é uma dessas palavras que costumam gerar um

debate acalorado", argumentou. "Eu costumo brincar: a gente precisa fazer um rebrand, a gente precisa reexplicar a ideia de autonomia", disse.

Galípolo salientou que o BC tem autonomia operacional para buscar as metas que foram estabelecidas pelo poder democraticamente eleito. "A gente só pode até a adolescência achar que fazemos o que bem entendemos. Depois disso, não podemos mais achar isso", considerou, continuando com a afirmação de que cabe ao BC e à sua diretoria perseguirem a meta de inflação.

A autonomia da autoridade monetária, de acordo com o diretor, não deve passar a ideia de que o BC deve "virar as costas" ao poder democraticamente eleito. Ele também reforçou a necessidade de haver um arcabouço institucional que permita ao BC desempenhar suas funções.

O diretor de Política Monetária do Banco Central disse que a economia brasileira tem dando sinais de estar em um estágio diferente do restante do mundo.

encontrar o presidente Lula, eu escutei de forma enfática e clara a garantia da liberdade na tomada de decisões e que o desempenho da função deve ser orientado exclusivamente pelo compromisso com o povo brasileiro, que cada ação e decisão deve unicamente ao interesse do bem-estar de cada brasileiro", declarou.

Durante a sabatina, Galípolo disse que a reação do BC sobre a taxa de juros "é uma reação de quem está buscando ter segurança de que o patamar da taxa de juros está equilibrado para se buscar a meta de inflação".

Ele argumentou que o Brasil vive um momento diferente de outros países e outros blocos. "No sentido da dissonância que pode existir com o momento da política monetária nacional e internacional, é que estamos em momentos distintos. A Europa vem sofrendo desaceleração mais acentuada. Nos Estados Unidos, a volatilidade foi grande sobre o que poderia ocorrer", declarou.

Segundo o indicado à presidência do Banco Central brasileiro, "a situação do Brasil é outra. Todos os dados que a gente olha demonstram uma economia que parece que a discussão feita por economistas".

"A reação do BC é uma reação de quem está buscando ter segurança de que o patamar da taxa de juros está equilibrado para se buscar a meta de inflação, que é o nosso mandato, com uma economia mostrando uma pujança maior do que a maior parte dos economistas esperava na virada do ano, mais uma vez", declarou.

O diretor de Política Monetária do Banco Central afirmou que parece existir alguma confusão sobre as atribuições na condução da política monetária.

"Muitas vezes a crítica da política monetária vem no desejo de falar: 'bom, essa taxa, essa inflação está ok, qual é o problema de ter uma inflação nesse patamar ou naquele patamar?'" Na sequência, Galípolo afirmou que não foi conferida à autoridade monetária a liberdade de ter uma construção elástica do que é a meta de inflação.

"A meta de inflação é crítica. As bandas da meta de inflação funcionam para absorver choques eventuais e não para se reduzir o esforço da política monetária", garantiu.

Segundo ele, quem está eventualmente criticando e entendendo que se poderia no Brasil rodar com uma inflação superior não está diretamente criticando o Banco Central. "Uma vez recebido o que é a meta de inflação, cabe ao Banco Central colocar a taxa de juros num patamar respeitado. Suficiente, pelo tempo que for necessário, para atingir aquela meta."

O diretor de Política Monetária do Banco Central disse que não pretende ocupar o posto para "buscar protagonismo ou enriquecimento do currículo".

Diário ComercialPropriedade da Editora **Diário Comercial** Ltda.FILIADO À:
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS**DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA**
Bruna Luz**DIRETOR EXECUTIVO**
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo • vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Junior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dscsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

**ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL****REPRESENTANTE COMERCIAL****Rio de Janeiro**
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906**São Paulo**
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000**Brasília**
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (21) 33806038**Belo Horizonte**
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232**Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01**
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 | Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770
Telefone: (61) 999858648 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

AGRONEGÓCIO

Lula garante que Selic vai cair

O presidente se disse satisfeito pelos resultados de seu governo na economia, como a expectativa do PIB de 3,5% neste ano e afirmou que a taxa de juros ainda é a mais alta, mas ela vai ceder



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de Sanção do Projeto de Lei nº 528-2020 (Combustível do Futuro), na Base Aérea de Brasília: o novo marco legal amplia a adição de etanol à gasolina tipo C, de 27% para 35%

O presidente da República, Luiz Inácio Lula, disse na terça-feira, 8, para uma plateia de empresários do agronegócio e dos combustíveis renováveis, que a taxa de juros está alta, mas cairá. A fala do presidente foi ao mesmo tempo em que seu indicado para presidir o Banco Central, Gabriel Galípolo, era sabatinado no Senado, em um passo necessário para assumir o cargo. Lula se disse satisfeito pelos resultados de seu governo na economia, como a expectativa do PIB de 3,5% neste ano. E afirmou: "Estou muito feliz porque a economia está razoável, a taxa de juros ainda é a mais alta, mas ela haverá de ceder, nós temos a inflação controlada, nós temos a

massa salarial crescendo, nós temos o emprego crescendo, nós temos leis para proteger os empreendedores individuais, o pequeno e médio empresário." Lula disse que há "pouquíssimos" países com a estabilidade e o crescimento do Brasil. Declarou que não se pode fazer dívida se não houver como pagar. Também disse que nunca um presidente da República havia convidado as agências de classificação de risco para conversar, como ele fez em Nova York. Pouco depois, a Moodys melhorou a nota do Brasil. Lula também afirmou que o Brasil fará uma revolução energética, e que não há no mundo ninguém capaz de competir com o País na área de combustíveis sustentáveis. Além disso, o petista afirmou que a União Europeia quer discutir restri-

ções no acordo de comércio usando as queimadas que atingiram diversas partes do Brasil como justificativa. "Todos vocês sabem que a União Europeia está ameaçando a gente que vai colocar queimada na mesa de negociação, e estamos dizendo 'não coloque porque estamos preservando mais do que vocês em qualquer outro momento da história'", disse o presidente da República. Lula sancionou nesta terça-feira, 8, a lei do Combustível do Futuro (PLP 528/2020) em cerimônia na Base Aérea. A lei integra a agenda verde do governo, que enviou o projeto ao Congresso. A versão final do projeto foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 11 de setembro, após tramitação no Senado. O presidente

da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participaram da cerimônia com demais autoridades. A lei do Combustível do Futuro dispõe sobre a mobilidade sustentável, propõe o aumento da mistura do biodiesel ao óleo diesel e eleva o percentual mínimo obrigatório de etanol na gasolina. O projeto também cria os programas nacionais de combustível sustentável de aviação (SAF), diesel verde e biometano, além do marco legal de captura e estocagem geológica de dióxido de carbono. A lei inclui ainda a integração entre as políticas públicas RenovaBio, o Programa Mover e o Programa Brasileiro de Emissão Veicular (PBEV).

O novo marco legal dos biocombustíveis gerou embate entre o setor energético e o agronegócio, sobretudo quanto à não inclusão do diesel coprocessado no projeto (diesel R5 fabricado pela Petrobras com adição de 5% de combustível renovável ao diesel) e quanto ao mandato de uso de biometano na cadeia de gás natural de 1% a partir de 2026 até 10%. A lei prevê também que a mistura de biodiesel ao óleo diesel deverá alcançar 20% até 2030 e poderá atingir 25% a partir de 2031, em percentuais a serem definidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O novo marco legal amplia ainda a adição de etanol (álcool etílico anidro) à gasolina tipo C, de 27% para 35%. A lei cria o mandato de até 3% para diesel

verde ao óleo diesel e estabelece metas de descarbonização a partir do SAF de 2027 a 2037. O Palácio do Planalto não informou até o fechamento deste texto se houve vetos do presidente ao projeto. A expectativa era de apenas vetos redacionais no texto a fim de compatibilizar pontos com normativas já existentes, sem descaracterizar o teor da proposta aprovada pelo Congresso Nacional. O governo estima que o Combustível do Futuro vai desviar R\$ 250 bilhões em investimentos pelo setor privado até 2030. O marco legal prevê que o Brasil evite a emissão de 705 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) até 2037, reforçando o compromisso do país com a redução de gases de efeito estufa.

RECEITA RECUA

PepsiCo apresentou lucro de US\$ 2,93 bilhões no 3º trimestre

A PepsiCo anunciou na terça-feira (8) que teve lucro líquido de US\$ 2,93 bilhões no terceiro trimestre de 2024, um pouco menor do que o ganho de US\$ 3,09 bilhões apurado em igual período do ano passado. Na mesma comparação, o lucro por ação da empresa americana de bebidas e alimentos caiu de US\$ 2,24 para US\$ 2,13. Com ajustes, o ganho por ação foi de US\$ 2,31 no terceiro trimestre, superando a expectativa de analistas consultados pela FactSet, de US\$ 2,29. Já a receita da multinacional teve queda anual de 0,6% no trimestre, para US\$ 23,32 bilhões, e ficou abaixo da previsão da FactSet, de US\$ 23,86 bilhões. A empresa fechou um acordo para adquirir a Garza Food Ventures LLC, dba Siete Foods ("Siete") por US\$ 1,2 bilhão. A aquisição complementará o portfólio da PepsiCo com a adição de uma autêntica marca mexicano-americana, ao



Fábrica da PepsiCo: a receita da multinacional teve queda anual de 0,6% no trimestre, para US\$ 23,32 bilhões, e ficou abaixo da previsão da FactSet

mesmo tempo que aumentará a sua oferta de alimentos. Os produtos Siete trarão um aspecto novo e rico ao portfólio multicultural da PepsiCo, com alimentos deliciosos que desem-

penham um papel importante nas refeições e experiências culinárias. Fundada em 2014, a Siete produz autênticas tortilhas, molhos, temperos, biscoitos,

salgadinhos e muito mais inspirados na tradição. Os produtos da Siete podem ser encontrados em supermercados, lojas de clubes e varejistas de alimentos orgânicos, principalmente

nos EUA. "A família Garza construiu uma marca muito especial. Sua paixão por preparar e compartilhar alimentos transparece em cada produto Siete, e essa

é uma paixão que compartilhamos na PepsiCo", disse Ramon Laguarda, presidente e CEO da PepsiCo. "A PepsiCo acredita no espírito e na autenticidade da marca Siete e estamos entusiasmados em dar continuidade ao legado criado pela família Garza. Esperamos expandir nosso portfólio multicultural com esses produtos incríveis e fazer com que ainda mais consumidores descubram e desfrutem de Siete." "A Siete foi criada há dez anos para tornar mais amplamente disponível a comida mexicano-americana inspirada na herança. Agora estamos entusiasmados em abraçar uma nova era com a PepsiCo e levar nossos produtos inclusivos e melhores a mais pessoas", disse Miguel Garza, CEO e cofundador da Siete Foods. "Esperamos que este próximo capítulo da Siete sirva como inspiração para outros negócios latinos, mostrando que é possível construir uma marca próspera que honre nossa herança e celebre nossa cultura." A transação está sujeita às condições habituais de fechamento, incluindo aprovação regulatória, e deverá ser concluída no primeiro semestre de 2025. Os termos adicionais da aquisição não foram divulgados.

AVANÇOS

Produção industrial cresceu em 5 dos 15 locais avaliados

A queda de 1% na produção da indústria paulista exerceu a maior influência negativa sobre a média nacional do setor



Os setores de derivados do petróleo; e máquinas, aparelhos e materiais elétricos foram os que mais influenciaram a dinâmica da indústria paulista

A produção industrial cresceu em cinco dos 15 locais pesquisados em agosto ante julho, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta terça-feira, 8. Em São Paulo, maior parque industrial do País, houve uma retração de 1,0%. As demais perdas ocorreram no Pará (-3,5%), Paraná (-3,5%), Rio Grande do Sul (-3,0%), Pernambuco (-2,2%), Santa Catarina (-1,4%), Espírito Santo (-0,8%), Região Nordeste (-0,8%), Amazonas (-0,7%) e Goiás (-0,4%).

Por outro lado, houve avanços no Ceará (2,7%), Minas

Gerais (1,8%), Bahia (0,8%), Mato Grosso (0,8%) e Rio de Janeiro (0,2%). Na média global, a indústria nacional cresceu 0,1% em agosto ante julho.

A produção industrial operava em agosto em nível superior ao de fevereiro de 2020, no pré-pandemia de covid-19, em oito dos 15 locais pesquisados.

Os parques industriais que superaram o pré-covid foram Mato Grosso (25,1% acima do pré-pandemia), Minas Gerais (15,1% acima), Rio de Janeiro (8,3% acima), Amazonas (6,9% acima), Paraná (3,4% acima), Santa Catarina (3,4% acima) e São Paulo (0,6% acima).

Na média nacional, a indústria brasileira operava em patamar 1,5% acima do pré-crise sanitária.

Os locais com nível de pro-

dução aquém do pré-covid foram Rio Grande do Sul (-0,3%), Pernambuco (-3,1%), Ceará (-7,2%), Espírito Santo (-9,7%), Pará (-12,4%), Nordeste (-17,4%) e Bahia (-22,9%).

A queda de 1,0% na produção da indústria de São Paulo, em agosto ante julho, exerceu a maior influência negativa sobre a média global da indústria nacional no período. A retração da produção paulista foi o segundo mês consecutivo de resultados negativos, período em que acumulou uma perda de 2,4%.

“Os setores de derivados do petróleo; e máquinas, aparelhos e materiais elétricos foram os que mais influenciaram a dinâmica da indústria do Estado. Esse resultado deixa a indústria paulista 0,6% acima do seu patamar pré-pandemia

e 22,1% abaixo do seu nível mais alto, alcançado em março de 2011”, afirmou Bernardo Almeida, técnico responsável pela pesquisa do IBGE, em nota oficial.

Segundo Almeida, a melhora no mercado de trabalho, com queda na taxa de desemprego e aumento da renda, elevou o poder de compra das famílias, contribuindo para manter a indústria em território positivo em agosto.

“No entanto, fatores como a alta taxa de juros reduzem os efeitos positivos do bom momento do mercado de trabalho. Houve ainda um espalhamento de atividades no campo negativo, o que serve de alerta em relação à atividade industrial nos próximos meses”, justificou o pesquisador do IBGE.

CHIPS

Nvidia anuncia construção de novo supercomputador

A Nvidia anunciou na terça-feira, 8, que está construindo “o maior supercomputador de Taiwan”, em parceria com a gigante de tecnologia Foxconn. O projeto vai utilizar os novos chips Blackwell da Nvidia, os mais avançados para Inteligência Artificial (IA).

A construção do novo supercomputador instalado em Kaohsiung, em Taiwan, já começou, e deve passar a operar em meados de 2025, em primeira fase. A implantação completa está prevista para 2026.

Segundo nota da Nvidia à imprensa, a Foxconn planeja usar o supercomputador para impulsionar avanços em pesquisas sobre câncer, desenvolvimento de modelos de linguagem e inovações em cidades inteligentes.

A NVIDIA anunciou ainda que está se unindo a líderes de tecnologia dos EUA para ajudar as organizações a criar aplicativos de IA personalizados e transformar as indústrias do mundo usando os mais recentes NVIDIA NIM™ Agent Blueprints e os microserviços NVIDIA NeMo™ e NVIDIA NIM.

Em todos os setores, organizações como AT&T, Lowe's e a Universidade da Flórida estão usando microserviços para criar seus próprios volantes de IA baseados em dados para potencializar aplicativos de IA generativos personalizados.

Os líderes de consultoria de tecnologia dos EUA, Accenture, Deloitte, Quantiphi e SoftServe, estão adotando NVIDIA NIM Agent Blueprints e NVIDIA NeMo e microserviços NIM para ajudar clientes de saúde, manufatura, telecomunicações, serviços financeiros e varejo a criar agentes e copilotos de IA generativos personalizados.

Os líderes de plataformas de dados e IA Cadence, Cloudera, DataStax, Google Cloud, NetApp, SAP, ServiceNow e Teradata estão aprimorando suas plataformas de dados e IA com NVIDIA NIM.

“A IA está impulsionando a transformação e moldando o futuro das indústrias globais”, disse Jensen Huang, fundador

e CEO da NVIDIA. “Em colaboração com empresas, universidades e agências governamentais dos EUA, a NVIDIA ajudará a promover a adoção de IA para aumentar a produtividade e impulsionar o crescimento econômico.”

Os microserviços NVIDIA NeMo oferecem suporte a fluxos de trabalho de personalização de modelos ponta a ponta e ao desenvolvimento de agentes de IA para ajudar as empresas a lançar aplicativos de IA generativos personalizados no mercado com mais rapidez, reduzindo os custos de desenvolvimento.

Os novos microserviços NeMo – NeMo Customizer, NeMo Evaluator e NeMo Guardrails – podem ser combinados com microserviços NIM para ajudar os desenvolvedores a selecionar facilmente dados em escala, personalizar e avaliar modelos e gerenciar respostas para alinhar com os objetivos de negócios. Os desenvolvedores podem então implantar perfeitamente um microserviço NIM personalizado em qualquer nuvem, data center ou estação de trabalho acelerada por GPU.

Para fornecer um impulso inicial aos desenvolvedores, a NVIDIA oferece NIM Agent Blueprints — fluxos de trabalho de referência que fornecem um guia para o desenvolvimento de aplicativos criados com microserviços NVIDIA NeMo e NIM.

Os NIM Agent Blueprints ajudam a acelerar as implantações de IA para os principais casos de uso empresarial, incluindo descoberta de medicamentos, atendimento ao cliente e extração de dados. Um novo modelo para segurança de contêineres de software já está disponível.

Os desenvolvedores podem experimentar os microserviços NeMo e NIM, bem como os NVIDIA NIM Agent Blueprints, gratuitamente. As empresas podem implantar aplicativos em produção com segurança, suporte e estabilidade de nível empresarial por meio da plataforma de software NVIDIA AI Enterprise.

PLANEJAMENTO FAMILIAR

por **Fernanda Valadares**



Especialista em inventário extrajudicial, pós-graduada em Direito Privado e pós-graduada em Planejamento Patrimonial e Sucessório pela FGV/SP. Advogada de empresa pública e sócia do escritório Valadares e Fueta Advogados

LITIGIOSIDADE TRABALHISTA: UM OBSTÁCULO A SEGURANÇA JURÍDICA DO EMPREGADOR

O AMBIENTE JURÍDICO trabalhista no Brasil é notoriamente marcado por sua complexidade e altos níveis de litigiosidade. Para empregadores, isso se traduz em um constante estado de insegurança diante das demandas judiciais que podem surgir a qualquer momento, mesmo após a rescisão contratual dos funcionários. Essa insegurança, alimentada pela dificuldade em prever o desfecho de processos trabalhistas, tem impactos diretos na formalização de contratos e na contratação de novos colaboradores. Contudo, a recente Resolução 586/2024 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), de setembro de 2024, estabelece a quitação ampla e irrevogável para acordos extrajudiciais homologados pela Justiça do Trabalho, e surge como uma esperança para mitigar esse cenário de incertezas.

PARA ENTENDER A RAIZ da insegurança do empregador, é necessário observar os números que refletem o volume de processos trabalhistas no país. Segundo o relatório “Justiça em Números” do CNJ, houve uma queda no volume de processos pendentes de 2017 a 2019, mas esse número voltou a crescer em 2020, permanecendo estável em torno de 54 milhões de processos trabalhistas em 2022. Para os empregadores, a perspectiva de enfrentar uma ação judicial, mesmo após o encerramento do vínculo empregatício, representa um risco financeiro e operacional significativo, que traz insegurança para o empreendedor.

ESSE AMBIENTE DE alta litigiosidade afeta negativamente o desenvolvimento econômico, pois desincentiva a formalização de contratos e cria barreiras para a geração de empregos.

Muitos empregadores, temendo as possíveis demandas futuras, optam por estratégias que, em alguns casos, envolvem a informalidade ou contratos menos onerosos para minimizar riscos.

A APROVAÇÃO DA Resolução 586/2024 pelo CNJ é um passo importante para trazer mais segurança jurídica ao empregador. Esta resolução, que foi aprovada de forma unânime pelo conselho, estabelece que os acordos extrajudiciais homologados pela Justiça do Trabalho terão o efeito de quitação ampla, geral e irrevogável, desde que cumpridas determinadas condições. Isso significa que, uma vez que o acordo seja homologado, não será mais possível questionar judicialmente as questões nele tratadas.

ESSE AVANÇO É CRUCIAL, pois reduz a possibilidade de que, após o término de uma relação empregatícia, o empregador seja surpreendido por uma nova ação judicial. Antes da resolução, mesmo com acordos entre as partes, havia a possibilidade de demandas futuras, o que colocava em risco a estabilidade financeira das empresas e prejudicava a confiança na Justiça do Trabalho como um meio de resolução definitiva de conflitos.

NO ENTANTO, A RESOLUÇÃO estabelece critérios rigorosos para que um acordo tenha o efeito de quitação ampla. Entre os requisitos estão:

1. Previsão expressa no acordo homologado sobre o efeito de quitação ampla;
2. Assistência jurídica obrigatória ao trabalhador por advogado ou sindicato, garantindo a proteção dos direitos do empregado;
3. Respaldo legal para menores de idade ou incapazes, que devem

ser representados pelos pais ou tutores legais;

4. Ausência de vícios de vontade ou defeitos nos negócios jurídicos, conforme prevê o Código Civil, assegurando que o acordo seja feito de forma voluntária e sem coerção.

ESSES CRITÉRIOS VISAM assegurar que os direitos do trabalhador sejam devidamente respeitados, ao mesmo tempo em que oferecem ao empregador a segurança jurídica de que o acordo será considerado final e irrevogável, desde que atendidas as condições estabelecidas.

APESAR DE SEU CARÁTER abrangente, a resolução prevê algumas exceções à quitação ampla. Essas exceções incluem:

- Sequelas acidentárias ou doenças ocupacionais que não foram reconhecidas no momento da homologação;
- Direitos sobre os quais o empregado não tinha conhecimento no momento do acordo;
- Partes que não estavam representadas no acordo.

ESSAS EXCEÇÕES SÃO essenciais para garantir que questões desconhecidas ou emergentes, como doenças ocupacionais de desenvolvimento lento, possam ser tratadas judicialmente, mesmo após a homologação do acordo.

A INTRODUÇÃO DA QUITAÇÃO ampla nos acordos extrajudiciais homologados pela Justiça do Trabalho tem o potencial de reduzir significativamente o número de processos trabalhistas futuros, trazendo alívio tanto para empregadores quanto para o próprio sistema de Justiça. E para resguardar a efetividade da

homologação dos acordos e medir o impacto inicial na redução de processos, a implementação da resolução, a princípio, está voltada apenas para acordos com valores superiores a 40 salários-mínimos.

APESAR DE AINDA não abranger todos os acordos trabalhistas firmados, com a Resolução 586/2024, o empregador ganha mais segurança ao firmar, sabendo que, uma vez homologado pela Justiça, o acordo não poderá ser contestado posteriormente. Isso favorece um ambiente de negócios mais estável, incentivando a contratação formal e diminuindo a aversão ao risco que muitos empregadores têm ao enfrentar a Justiça do Trabalho. Além é claro de minimizar os riscos jurídicos em uma eventual necessidade de avaliação da própria empresa, aumentando assim o seu valor.

A SEGURANÇA JURÍDICA promovida por essa resolução pode se traduzir em uma maior disposição dos empregadores em negociar acordos e formalizar trabalhadores, promovendo assim um ambiente de trabalho mais regular e protegido.

SENDO ASSIM, A RESOLUÇÃO 586/2024 é um marco importante no cenário trabalhista brasileiro. Ao estabelecer a quitação ampla para acordos homologados, ela oferece aos empregadores a segurança jurídica tão necessária para enfrentar o alto nível de litigiosidade que caracteriza a Justiça do Trabalho brasileira. Essa medida, além de proporcionar mais estabilidade nas relações de trabalho, contribui para a redução de processos e para a melhoria do ambiente econômico, beneficiando tanto trabalhadores quanto empregadores.

ISRAEL

Exército de Israel mata o sucessor de Nasrallah

Netanyahu disse que Israel “tem o direito de se defender” e que degradou as capacidades do Hezbollah com a morte dos líderes

O exército de Israel afirmou na terça-feira (8) que matou dois importantes nomes do Hezbollah, após ataques em Beirute, capital do Líbano. Segundo informações da Associated Press e da Sky News, o comandante de logística e chefe do quartel-general do grupo xiita libanês, Suhail Hussein, e o sucessor de Hassan Narallah, Hashem Safieddine, morreram.

Em mensagem ao povo libanês, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, disse na tarde desta terça que Israel “tem o direito de se defender” e que degradou as capacidades do Hezbollah com a morte dos líderes do grupo. “Hoje, o Hezbollah está mais fraco do que esteve por muitos e muitos anos”, afirmou.

Já o líder interino do Hezbollah, Naim Kasseem, disse em declaração televisada que as capacidades militares do grupo ainda estão “intactas”.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, realizou uma coletiva de imprensa nesta terça-feira em Nova Iorque onde assinalou um ano de crises de caráter humanitário, político, diplomático e moral.

O líder da ONU ressaltou que ao longo dos últimos 12 meses, na sequência dos terríveis ataques terroristas cometidos pelo Hamas em 7 de outubro, Gaza se tornou o marco zero para um nível de sofrimento humano difícil de compreender.

António Guterres abriu o discurso caracterizando a situação da Faixa de Gaza como um pesadelo que entra agora num segundo ano “atroz e abominável”.

Ele disse ter escrito diretamente ao primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, expressando profunda preocupação sobre o projeto de lei que poderia impedir ações essenciais da Agência da ONU de Assistência aos Refugiados Palestinos, Unrwa.

Em Gaza e no Território



Benjamin Netanyahu disse que o Hezbollah está mais fraco hoje do que esteve por muitos e muitos anos

Palestino Ocupado, a medida sufocaria os esforços para aliviar o sofrimento humano e as tensões no que chama de “catástrofe” no que já é um “desastre absoluto e golpe terrível para a resposta humanitária”.

Guterres diz que a eventual adoção dessa medida pelo Parlamento seria “diametralmente oposta à Carta da ONU e violaria as obrigações de Israel sob o direito internacional”. Os efeitos da legislação seriam “um enorme retrocesso para os esforços de paz sustentáveis e uma solução de dois Estados”.

O secretário-geral disse que o projeto de lei surge num momento em que a situação em Gaza continua em uma “espiral mortal”.

Advertindo sobre a piora do conflito no Oriente Médio “a cada hora”, ele chamou a atenção para o fato de alertas sobre os terríveis impactos da escalada continuarem a se concretizar.

Guterres destacou que cada ataque aéreo, lançamento de míssil ou foguete disparado, “empurra a paz para mais longe do alcance” e piora ainda mais o

sofrimento de milhões de civis em meio ao conflito.

Para o líder das Nações Unidas, a comunidade internacional “não pode e não desistirá dos apelos por um cessar-fogo imediato em Gaza e no Líbano”, bem como pela libertação imediata e incondicional de reféns e pela ajuda imediata essencial aos que dela precisam de forma desesperada.

Guterres lembrou que mais de 41 mil palestinos já foram mortos particularmente em Gaza, a maioria mulheres e crianças. Outros milhares estão desaparecidos e acredita-se que estejam presos sob os escombros.

O secretário-geral caracterizou uma área onde “praticamente toda a população foi deslocada e nenhuma parte foi poupada”. Os efeitos incluem jornalistas mortos “em um nível nunca visto em nenhum conflito nos tempos modernos”.

Na questão de auxílio humanitário, ele ressaltou os riscos enfrentados por funcionários do setor que “dedicaram suas vidas a ajudar os outros, mas estão enfrentando perigos épi-

cos e sem precedentes.”

Já em relação aos ataques israelenses ocorrendo em larga escala em território libanês, incluindo em Beirute, o secretário-geral citou fatalidades que chegaram a 2 mil pessoas no último ano. Apenas nas últimas duas semanas foram 1,5 mil pessoas que perderam a vida, um total que supera o da guerra de 2006 no Líbano.

Guterres destacou ainda a situação na Linha Azul na qual morreram 49 pessoas no último ano devido aos atos do Hezbollah e outros grupos ao sul. De acordo com relatos das autoridades libanesas mais de 1 milhão de pessoas foram deslocadas.

Mais de 60 mil continuam desalojados do norte de Israel. Com as incursões das forças israelenses pela Linha Azul, ele ressaltou a “iminência de uma guerra total com consequências já arrasadoras, a qual ainda há tempo para parar”.

O secretário-geral sublinhou ainda que a soberania e a integridade territorial de todos os países devem ser respeitadas.

TECNOLOGIA

Nobel de Física vai para memória associativa

O Nobel de Física de 2024 foi concedido aos pesquisadores John Hopfield e Geoffrey Hinton, responsáveis por estudos que impulsionaram o aprendizado de máquina, anunciou a Real Academia Sueca de Ciências na manhã desta terça-feira, 8. Essas pesquisas abriram caminho para o desenvolvimento de tecnologias que usamos no cotidiano, como reconhecimento facial e tradução de um idioma para outro.

Hopfield, da Universidade Princeton (EUA), criou um tipo de memória associativa que pode armazenar e reconstruir imagens e outros tipos de padrões em dados. Essa tecnologia é capaz de identificar a imagem mais similar à original, ainda que esteja um pouco diferente ou distorcida, por exemplo.

Já Hinton, da Universidade de Toronto (Canadá), inventou um método que pode, de maneira autônoma, identificar propriedades nos dados e, assim, realizar tarefas, como identificar elementos específicos em imagens.

A dupla desenvolve pesquisas nessa área desde os anos 1980. Como os computadores não podem pensar, a ideia foi replicar funções desempenhadas pelo cérebro humano, como a memória e o aprendizado.

“Na Física, usamos redes neurais artificiais em uma vasta gama de áreas, como o desenvolvimento de novos materiais com propriedades específicas”, afirma Ellen Moons, Presidente do Comitê Nobel de Física.

O prêmio é oferecido aos responsáveis por descobertas de grande importância, “que tenham alterado paradigmas

científicos e que tragam grandes benefícios para a humanidade”.

Além da medalha e do diploma, os laureados levam para casa uma quantia substancial em dinheiro, 11 milhões de coroas suecas (cerca de R\$ 5,85 milhões). O prêmio de Física vem sendo entregue desde 1901, quando a premiação teve início, seguindo as diretrizes deixadas postumamente no testamento do químico e inventor sueco Alfred Nobel (1833-1896).

No ano passado, três pesquisadores levaram o Prêmio Nobel de Física: os cientistas Pierre Agostini, Ferenc Krausz e Anne L’Huillier foram laureados pelas pesquisas em metodologias experimentais para a geração de pulsos de luz para o “estudo da dinâmica eletrônica na matéria”.

Agostini é pesquisador da Universidade de Ohio (EUA), Krausz atua no Instituto Max Planck, da Alemanha, e Anne L’Huillier na Universidade de Lund, da Suécia - ela é apenas a quinta mulher a ganhar a láurea na categoria de Física.

A Real Academia Sueca de Ciências é responsável pela seleção dos premiados. A academia indica um comitê que avalia o currículo dos indicados e apresenta uma proposta final, que é então votada por um grupo maior de especialistas. Os nomes dos indicados só podem ser revelados após um período de 50 anos.

Dos 224 cientistas que receberam o Nobel de Física, apenas cinco eram mulheres. A mais famosa delas é Marie Curie, que recebeu o prêmio em 1903, por suas pesquisas sobre o polônio. Ela recebeu também um Nobel de Química em 1911.

CORREÇÃO

Bolsas da Europa caem, pressionadas pela China

As bolsas da Europa fecharam em queda na terça-feira, 8, penalizadas pela falta de anúncios de novos estímulos pelo governo da China e pelo recuo do petróleo, que afetou ações de companhias petrolíferas.

O FTSE 100, de Londres, recuou 1,36%, aos 8.190,61 pontos. O CAC 40, de Paris, caiu 0,72%, encerrando em 7.521,32 pontos. O DAX, referência em Frankfurt, teve queda de 0,17%, a 19.070,78 pontos. As cotações são preliminares.

A sessão foi de correção para as principais bolsas europeias, após o chefe da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (NDRC) da China, Zheng Shanjie, não anunciar mais estímulos econômicos durante coletiva na terça. Mineradoras e o setor de luxo, mais expostas ao país, recuaram, com LVMH caindo 3,57%, Mercedes cedendo 2,07% e Anglo American recuando 6,69%. O HSBC acredita que o pacote de estímulos fiscais ainda está “a caminho”.

Em Londres, as ações da Vistry derreteram 24% após a construtora reduzir projeções, alertando que custos maiores do que o esperado em alguns de seus empreendimentos imobiliários pesariam em seu lucro.

Fabricantes de bebidas alcoólicas também foram punidas por notícias vindas da China, após a imposição de tarifas antidumping provisórias ao conhaque produzido na União Europeia, dias após o bloco europeu seguir adiante com planos de tariffar carros elétricos chineses. A Pernod Ricard recuou 4,18%.

Outro ponto de pressão veio das petrolíferas, diante do recuo do petróleo, que corrigia ganhos diante do possível aumento da oferta global da commodity e

notícias de que o Hezbollah estaria apoiando uma negociação de cessar-fogo com Israel para cessar conflitos no Líbano. A BP cedeu 3,45% e Total recuou 1,95%.

A expansão da produção industrial da Alemanha de 2,9% em agosto ante julho, superando de longe a previsão de analistas, ficou em segundo plano.

Em outras bolsas, o Ibex 35, de Madri, subiu 0,15%, para os 11.734,70 pontos. O FTSE MIB, de Milão, fechou em queda de 0,24%, a 33.733,90 pontos. O PSI 20, de Lisboa, recuou 0,37%, aos 6.668,61 pontos. As cotações são preliminares.

As bolsas asiáticas fecharam sem direção única na terça-feira, 8, com a de Xangai devolvendo a maior parte dos ganhos da abertura em meio à decepção com uma coletiva de imprensa com autoridades chinesas.

Na volta de um feriado de uma semana na China continental, o Xangai Composto subiu 4,59%, a 3.489,78 pontos. Ao abrir, porém, o principal índice acionário chinês havia saltado 10%, na expectativa de que Pequim revelaria grandes medidas de estímulo adicionais, o que não se confirmou. Durante coletiva, autoridades do principal órgão de planejamento do país basicamente comentaram detalhes do plano de resgate que havia sido anunciado antes do feriado. Menos abrangente, o Shenzhen Composto avançou 8,89%, a 2.098,77 pontos.

Em outras partes da Ásia, o Hang Seng tomou 9,41% em Hong Kong, a 20.926,79 pontos, à medida que investidores decepcionados com a falta de novas medidas concretas na China aproveitaram a oportunidade para embolsar lucros de ganhos recentes.

DISCRIMINAÇÃO

Trump: imigrantes que cometeram assassinato introduziram genes ruins

O candidato presidencial republicano Donald Trump sugeriu na segunda-feira, 7, que imigrantes que estão nos Estados Unidos e cometeram assassinato o fizeram porque “isso está em seus genes”. Ele acrescentou: “Há muitos genes ruins em nosso país neste momento”. Este é o episódio mais recente em que Trump alega que os imigrantes estão mudando a composição hereditária dos EUA. No ano passado, ele evocou uma retórica que muitas pessoas associaram à de Adolf Hitler ao argumentar que os imigrantes que entram ilegalmente nos EUA estão “envenenando o sangue do nosso país”.

As declarações foram dadas durante uma entrevista de rádio com o apresentador conservador Hugh Hewitt. Ele estava criticando sua oponente democrata na corrida presidencial de 2024, a vice-presidente Kamala Harris, quando mudou o foco para a imigração, citando estatísticas

que o Departamento de Segurança Interna diz incluir casos de sua administração.

“Como se não bastasse permitir que pessoas cruzassem a fronteira aberta, 13 mil delas eram assassinos? Muitos deles assassinaram mais de uma pessoa”, disse Trump. “E eles estão agora vivendo felizes nos Estados Unidos. Você sabe, um assassino - eu acredito nisso: está nos genes deles. E temos muitos genes ruins em nosso país neste momento. Além disso, 425 mil pessoas entraram em nosso país que não deveriam estar aqui e são criminosos.”

A campanha de Trump disse que seus comentários sobre genes foram sobre assassinos. “Ele claramente estava se referindo a assassinos, não a migrantes. É bastante nojento na mídia esteja sempre tão rápida para defender assassinos, estupradores e criminosos ilegais se isso significa escre-

ver uma manchete ruim sobre o presidente Trump”, disse Karoline Leavitt, secretária de imprensa nacional da campanha de Trump, em um comunicado.

O Serviço de Imigração e Controle de Alfândega dos EUA (ICE) divulgou dados de aplicação da lei de imigração ao deputado republicano Tony Gonzales no mês passado sobre as pessoas sob sua supervisão, incluindo aquelas que não estão sob custódia do ICE. Isso incluiu 13.099 pessoas consideradas culpadas de homicídio e 425.431 pessoas que são criminosos condenados. Mas esses números abrangem décadas, incluindo durante o governo Trump. E aqueles que não estão sob custódia do ICE podem estar detidos por agências de aplicação da lei estaduais ou locais, de acordo com o Departamento de Segurança Interna, que supervisiona o ICE.

A campanha de Kamala se

recusou a comentar. Questionada durante um encontro com repórteres sobre o comentário de Trump, a secretária de imprensa da Casa Branca, Karine Jean-Pierre, disse: “Esse tipo de linguagem é odiosa, nojenta, inadequada, não tem lugar em nosso país.”

O governo Biden endureceu as restrições de asilo para migrantes, e Kamala, buscando abordar uma vulnerabilidade enquanto faz campanha, tem trabalhado para projetar uma postura mais dura sobre a imigração.

O ex-presidente e candidato republicano fez da imigração ilegal uma parte central de sua campanha de 2024, prometendo realizar a maior operação de deportação da história dos EUA, se eleito. Ele tem um longo histórico de comentários depreciativos sobre imigrantes, incluindo chamá-los de “animais” e “assassinos”, e dizendo que espalham doenças.

PROJETOS

FPA elege reforma tributária como prioridade neste ano

Entre os temas sensíveis ao setor, estão a cesta básica isenta de impostos

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) tem uma série de projetos como prioridades até o fim deste ano. A pauta da bancada do agro para o último trimestre de 2024 foi apresentada nesta terça-feira, 8, em reunião semanal dos congressistas. "São pautas amplamente debatidas internamente com parlamentares e setor produtivo", afirmou o presidente da FPA, deputado federal Pedro Lupion (PP-PR).

Uma das principais agendas da frente para estes últimos três meses é a manutenção de pontos articulados no primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária, que já passou na Câmara dos Deputados e tramita no Senado Federal. Entre os temas sensíveis ao setor, estão a cesta básica isenta de impostos, a tarifa zero para o cooperativismo e a diferenciação tributária para produtores com renda anual de até R\$ 3,6 milhões por ano.

A avaliação da FPA é que o projeto principal de regulamentação da reforma avançará este ano no Senado, apesar da retirada da urgência constitucional pelo governo, a pedido dos senadores. Na Câmara, a expectativa é que seja aprovado o segundo projeto, que trata de temas mais técnicos da implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

A FPA vai encampar como prioridade também um pacote antifogo com endurecimento das penas de detenção relacionadas a incêndios criminosos. Pelo levantamento da bancada, mais de 100 projetos em tramitação no Congresso tratam do tema. Uma das preocupações da frente, contudo, é que os produtores rurais não sejam responsabilizados por incêndios criminosos.

Outra prioridade da bancada do agro ainda para 2024 é o pacote anti-invasão - uma série de projetos de lei que endurecem as penas para quem invade propriedades privadas, com foco no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O pacote prevê também critérios mais rígidos para regularização fundiária e para agilizar a reintegração de posse das áreas, incluindo a exclusão de benefícios sociais para os invasores. Entre os projetos, está o PLP 709/23 e o 8262/2017.

O marco temporal, apesar da aprovação da lei quanto ao tema, está mantido na pauta da bancada da agropecuária com a intenção de colocar a temporalidade para demarcação de terras indígenas atrelada à promulgação da Constituição Federal e a indenização aos proprietários rurais como Emenda à Constituição. De acordo com os parlamentares, há sinalização de que o projeto seja votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 30 de outubro.

A FPA também espera aprovar o PL 658/2021, relatado pelo deputado Sérgio Souza (MDB-PR), integrante da bancada. A proposta, que estabelece um novo marco legal para bioinsumos, teve um requerimento de urgência aprovado em setembro na Câmara. Com isso, poderá ser analisada diretamente no plenário, sem passar antes por comissões. "Há acordo para texto alternativo do projeto dos bioinsumos", afirmou Lupion.

Outro projeto prioritário para a FPA é o chamado "PL dos Safristas", relatado pelo deputado Zé Vitor (PL-MG) na Câmara. A proposta, que aguarda análise no Senado, facilita o recebimento



O deputado Pedro Lupion afirmou que essas pautas foram amplamente debatidas internamente com parlamentares e o setor produtivo

BETS

Deputados esperam que Lira una projetos que vedam beneficiários

Deputados favoráveis à vedação de participação de beneficiários de programas sociais em "bets" têm a expectativa de que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), una em um substitutivo todos os projetos já apresentados sobre o tema.

Autor de um projeto que prevê o cancelamento do benefício para o apostador, o deputado Tião Medeiros (PP-PR) já entregou o texto a Lira e cogita a votação de um requerimento de urgência na Câmara nesta terça-feira, 8, ou ao longo desta semana. O presidente da Câmara já teria se demonstrado a favor da regulamentação.

O líder do PP, Dr. Luizinho (RJ), está à frente da articulação. Ainda não há previsão de relator para a matéria. Em uma reunião com deputados da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), durante almoço nesta terça, Medeiros defendeu o projeto.

Na ocasião, o autor do texto sustentou a necessidade de coibir "desvio de finalidade" na destinação do dinheiro público para programas sociais, como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), auxílio-gás e auxílio-defeso.

O deputado também classificou como "premissa equivocada" a tese de que o beneficiário tem direito a fazer "uso indiscriminado" do recurso recebido.

"Essa é uma premissa absolutamente equivocada", declarou. "O dinheiro do Bolsa Família não pode ser destinado para entretenimento, para nada daquilo que fuja do combate à fome. Toda destinação diferente é ilegal, porque foge ao objetivo inicial da lei."

A proposta de Medeiros inclui no Artigo 26 da Lei 14.790/2023, que regulamenta as "bets", que "é vedada a participação, direta ou indireta, inclusive por interposta pessoa, na condição de apostador, de beneficiários de programa social do governo federal".

de benefício social por trabalhadores contratados por safra. A proposta é uma demanda principalmente de setores do agro ligados à colheita de café em locais como Espírito Santo e Minas Gerais.

O projeto exclui do cálculo da renda mensal familiar, usada como base para o acesso a benefícios sociais como o Bolsa Família, os recursos obtidos por trabalhadores que têm contratos formais por safra. Dessa forma, será possível trabalhar em colheitas e fazer parte de

programas sociais ao mesmo tempo.

A bancada também quer aprovar o projeto dos "CBios", PL 3149/2020, que permite ao produtor rural receber no mínimo 60% das receitas de vendas de CBios. A expectativa da FPA é que a proposta seja votada nas próximas semanas, já que teve um requerimento de urgência aprovado. "Finalmente conseguimos consenso entre produtores e indústria para CBios", disse Lupion. De acordo com ele, a proposta pode gerar R\$

1,3 bilhão a produtores de cana-de-açúcar.

A FPA ainda defende a aprovação do Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), que prevê financiamento para atividades sustentáveis e aguarda análise no Senado, e do projeto de licenciamento ambiental que também está nas mãos dos senadores. "Atenção é que o texto final do licenciamento ambiental saia nesta semana", disse Lupion.

Ainda há foco em projetos de "reciprocidade ambiental"



Tião Medeiros já entregou o texto a Lira e cogita a votação de um requerimento de urgência

Segundo o texto, "o não cumprimento da vedação acarretará a perda do benefício social de seu titular". A regra também obriga as empresas do setor a enviar mensalmente um relatório ao Ministério da Fazenda com a identificação dos apostadores e dos valores apostados.

O presidente da FPE propõe uma mudança no texto. Em vez de fazer o apostador perder o benefício após ter depositado o recurso, o deputado sugere a criação de uma ferramenta de cruzamento de dados que, por meio do CPF, inviabilize a aposta antes da transferência.

Para Passarinho, a sugestão solucionaria a preocupação da organiza-

ção S.O.S. Jogador, que pondera que a retirada do benefício pode punir portadores de ludopatia com o aumento da sua vulnerabilidade social, até mesmo em uma recaída durante a recuperação.

Os deputados se baseiam em dados do Banco Central que apontaram o gasto de R\$ 3 bilhões em apostas, no mês de agosto, por parte de beneficiários do Bolsa Família. O valor se refere às transferências via Pix. Em média, cada beneficiário aposta R\$ 100.

No mesmo mês, o Bolsa Família repassou R\$ 14,1 bilhões para mais de 20,7 bilhões de famílias. Ou seja, 21% do valor pago pelo governo no programa foi transferido via Pix a empresas de apostas.

RETOMADA

Agência Brasil



Moraes: "retorno se justifica"

Moraes autoriza o retorno da rede social 'X' no Brasil

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou o desbloqueio do 'X' em todo o território nacional e determinou que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tome as providências para a plataforma voltar ao ar. Na decisão, Moraes disse que o retorno se justifica devido ao cumprimento integral da legislação brasileira e da "absoluta observância às decisões do Poder Judiciário, em respeito à soberania nacional".

A rede social estava suspensa pelo STF desde 30 de agosto devido ao descumprimento de ordens judiciais.

Nas últimas semanas, a rede social atendeu às exigências impostas pelo STF: pagou as multas impostas por descumprimento de decisões judiciais, cumpriu as ordens de bloqueio de contas que disseminavam desinformação e indicou uma representação legal do 'X' no Brasil.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) informou na terça-feira, 8, ao ministro Alexandre de Moraes que é a favor do retorno do X (antigo Twitter).

Em parecer enviado ao STF, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirma que, com o pagamento das multas, não há mais razão para manter o bloqueio.

Gonet concluiu que os fundamentos que justificaram a suspensão foram superados e que, neste momento, não há motivos que impeçam as atividades da empresa.

O bloqueio do X foi decretado por Alexandre de Moraes em 30 de agosto e, posteriormente, confirmado pela Primeira Turma do STF. A rede social saiu do ar porque fechou o escritório no Brasil e se recusou a manter um representante que pudesse responder pelas operações e receber notificações judiciais.

O X também foi multado por descumprir decisões do STF para suspender perfis e por burlar a decisão que tirou o aplicativo do ar. A plataforma precisou desembolsar R\$ 28,6 milhões para cobrir as multas. O pagamento atrasou a decisão sobre o retorno da rede social.

Segundo Moraes, o dinheiro foi depositado na conta judicial errada, embora a plataforma tivesse "pleno conhecimento" da conta correta. O X, por sua vez, alegou que o pagamento foi feito por meio de uma guia de depósito judicial - uma espécie de boleto bancário - emitida pela Caixa Econômica por orientação do próprio STF. O ministro preferiu aguardar a transferência do dinheiro para a conta correta antes de tomar uma decisão.

As multas do X foram R\$ 10 milhões por descumprir, em dois dias (19 e 23 de setembro), a decisão que determinou a suspensão da plataforma no Brasil. O X usou IPs dinâmicos, o que permitiu que o aplicativo voltasse a funcionar temporariamente para alguns usuários brasileiros; R\$ 300 mil por dificultar o recebimento de intimações judiciais. A multa foi imposta à advogada Rachel de Oliveira, representante legal do X e R\$ 18,3 milhões por descumprir decisões do STF para suspender perfis investigados por espalhar fake news, discurso de ódio e ataques às instituições.

RETROCESSO

Senado deve votar projeto que abranda a Lei da Ficha Limpa

O texto cria novas condições para o começo da contagem do prazo de inelegibilidade e, se aprovado, beneficiará mesmo os candidatos que já foram condenados

O Senado Federal poderá votar nesta quarta-feira, 9, um projeto de lei complementar que flexibiliza a Lei da Ficha Limpa. Essa proposta é criticada por entidades ligadas à transparência e ao combate à corrupção e outros grupos como a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal e até a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O texto cria novas condições para o começo da contagem do prazo de inelegibilidade e, se aprovado, beneficiará mesmo candidatos que já foram condenados, encurtando o tempo de afastamento dos pleitos. Juristas, como um dos idealizadores da Lei de Ficha Limpa Márlon Reis, argumentam que o projeto poderia tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) novamente elegível.

Márlon Reis, inclusive, conversou com senadores para tentar convencê-los a votar contra o projeto. Após esse diálogo, o PT no Senado apresentou uma proposta para evitar que Bolsonaro possa ser beneficiado e manifestou posição contrária à proposição.

O projeto de lei, de autoria da deputada Dani Cunha (União-RJ), filha do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (Republicanos-RJ), estabelece três possíveis contagens para o prazo de inelegibilidade, que tem oito anos de duração. No Senado, o relator é Weverton Rocha (PDT-MA).

A primeira conta a partir da decisão judicial que decretar a perda do cargo. Ela vale para membros do Poder Executivo e do Poder Legislativo em nível federal, estadual e municipal.

A segunda é em caso de renúncia após representação de membros do Legislativo ou do Executivo que pode levar a abertura de processo



Um dos idealizadores da Lei de Ficha Limpa Márlon Reis conversou com senadores para tentar convencê-los a votar contra o projeto

por infringir a Constituição em vários níveis. Nesse caso, a data de inelegibilidade começa a partir da renúncia.

A terceira envolve o caso de abuso de poder econômico ou político. A contagem do prazo em caso de decisão transitada em julgado pela Justiça Eleitoral que envolverem o tema é iniciada no ano da eleição em que ocorreu o abuso. O candidato apenas se torna inelegível em caso que implique cassação de diploma, registro ou mandato, algo que não é exigido atualmente.

É nessa situação que Bolsonaro poderia ser beneficiado. Márlon Reis argumenta que a atual inelegibilidade não implicou em cassação de registro ou diploma do ex-presidente, já que ele perdeu o pleito e não foi diplomado, o que o permitiria recuperar sua elegibilidade. Um trecho do projeto diz que ela tem efeito para condenações pretéritas.

O texto também fixa o teto de inelegibilidade em 12 anos, caso um político receba uma nova condenação que o tornaria novamente inelegível. Entre os beneficiados, essa nova lei pode favorecer o deputado federal Chiquinho Brazão (União-RJ), preso sob a acusação de ter sido o mandante do assassinato da ex-vereadora do Rio Marielle Franco.

Se aprovada a proposta, a contagem de inelegibilidade dele começa a partir da condenação. Na atual legislação, a contagem começa após o cumprimento da pena. A Lei da Ficha Limpa foi aprovada em 2010 e foi proposta por iniciativa popular.

Se aprovada a proposta, a contagem de inelegibilidade dele começa a partir da condenação. Na atual legislação, a contagem começa após o cumprimento da pena. A Lei da Ficha Limpa foi aprovada em 2010 e foi proposta por iniciativa popular.

Se aprovada a proposta, a contagem de inelegibilidade dele começa a partir da condenação. Na atual legislação, a contagem começa após o cumprimento da pena. A Lei da Ficha Limpa foi aprovada em 2010 e foi proposta por iniciativa popular.

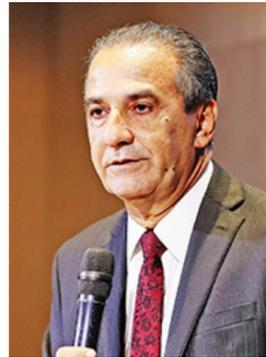
Se aprovada a proposta, a contagem de inelegibilidade dele começa a partir da condenação. Na atual legislação, a contagem começa após o cumprimento da pena. A Lei da Ficha Limpa foi aprovada em 2010 e foi proposta por iniciativa popular.

um projeto que abrandou a legislação, liberando a candidatura de políticos que tiveram as contas rejeitadas na administração pública e foram punidos apenas com multa.

Em nota publicada nesta terça-feira, 8, o Movimento Contra a Corrupção Eleitoral (MCCE) afirmou que o projeto é um "retrocesso". "Esse projeto de lei, ao reduzir esses prazos, abre brechas permitindo o retorno mais rápido desses condenados ao cenário eleitoral, colocando em risco a moralidade política do nosso País", diz a nota.

ERROS

Marcos Corrêa - PR



Malafaia: "dúbio o comportamento"

Silas Malafaia critica postura de Bolsonaro em São Paulo

O pastor Silas Malafaia criticou a postura adotada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante o primeiro turno das eleições 2024. Malafaia classificou como "dúbio" o comportamento do ex-presidente para as eleições às prefeituras de São Paulo e de Curitiba, nas quais os prefeitos Ricardo Nunes (MDB) e Eduardo Pimentel (PSD), respectivamente, concorreram à reeleição com apoio do PL, que conta com as candidaturas a vice de cada chapa.

"Entra nas redes sociais de Bolsonaro e dos filhos dele. (Durante) Toda a campanha, não teve uma palavra de apoio ao Nunes. É como se a eleição de São Paulo não existisse. Que conversa é essa? Bolsonaro é um líder e eu continuo apoiando ele, mas errou stupidamente", afirmou o pastor nesta terça-feira, 8. "Que líder é esse? Sinal dúbio para o povo? Líder toma frente, líder dá a direção." Em resposta, Fábio Wajngarten, assessor e advogado de Bolsonaro, disse que "roupa suja se lava em casa, e não em público".

Na capital paulista, à revelia do acordo firmado entre PL e Ricardo Nunes (MDB), Pablo Marçal (PRTB) concorreu à Prefeitura com adesão significativa entre o eleitorado bolsonarista, segundo pesquisas eleitorais. Já na capital do Paraná, a principal candidata a rivalizar com Eduardo Pimentel (PSD), candidato oficial do ex-presidente, foi a jornalista Cristina Graeml (PMB) - que recebeu sinalização de Bolsonaro na reta final da campanha do primeiro turno.

"Se a gente é severo com a esquerda, se temos caráter, temos que ser sinceros (também) com aquilo que a gente apoia", afirmou Malafaia. "Eu não deixei de apoiar Bolsonaro e de ter consideração por ele. Tenho tanta consideração que estou falando a verdade."

Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, Silas Malafaia considerou que o clã Bolsonaro foi "covarde" e "omisso" ao não apoiar enfaticamente candidatos com o apoio institucional do PL. "Quem vai fazer aliança com um cara que não é confiável? O que ele fez em São Paulo e no Paraná foi uma vergonha", disse o pastor.

Questionado sobre as declarações de Malafaia, Wajngarten disse que "o presidente Bolsonaro fez o que tinha que ser feito, no momento certo, e foi decisivo para o cenário em São Paulo". "Se não fosse Bolsonaro, Ricardo Nunes não estaria no segundo turno. Assim como foram decisivos Tarcísio e Malafaia, cada um na sua função, como um time de futebol que não ganha só com atacantes. A fase agora é de distencionamento e, sem orgulho e vaidade, vamos juntos vencer a extrema esquerda em São Paulo. 2026 já começou e precisamos ser mais racionais que emotivos", afirmou.

Em São Paulo, Ricardo Nunes vai disputar o segundo turno, no dia 27 de outubro, com Guilherme Boulos (PSOL) - candidato apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O vice na chapa do atual prefeito é o coronel Ricardo Mello de Araújo, do PL de Bolsonaro. Em Curitiba, Eduardo Pimentel e Cristina Graeml, concorrem ao comando da prefeitura. O vice na chapa de Pimentel é Paulo Martins, do PL.

SEGUNDO TURNO

Boulos diz que Lula estará mais presente em sua campanha

O candidato do PSOL à Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos, afirmou nesta terça-feira, 8, em entrevista à Rádio CBN, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará mais presente em sua campanha, neste segundo turno. Além de Lula, o psolista destacou que o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), também "vai se engajar" em seu palanque, nesta reta final das eleições na Capital.

Na entrevista, Boulos falou da retomada por sua campanha, neste segundo turno, do tema do boletim de ocorrência de violência doméstica da mulher do prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), Regina Carnovale, levantado por Pablo Marçal (PRTB) no primeiro turno da corrida eleitoral. Indagado se isso seria uma forma de atrair os eleitores de Marçal, Boulos justificou dizendo que "é trazer a verdade à tona". E lembrou que foi o mais atacado neste pleito, citando o laudo falso divulgado pelo ex-coach na véspera da eleição.

Para Boulos, o eleitor da capital paulistana precisa saber desse boletim contra Nunes, até porque não é mentira, houve



Boulos: "o eleitor precisa saber desse boletim contra Nunes, até porque houve BO de violência psicológica contra a mulher"

boletim de ocorrência de violência psicológica contra a mulher. "Vamos separar o joio do trigo. Uma coisa é mentira, criar documento falso e baixaria, como fez o Pablo Marçal. Outra coisa é trazer a verdade à tona, teve boletim de violência psicológica contra a mulher, e confrontar os candidatos com a verdade,

eu não tenho problema em ser confrontado com a verdade", destacou.

Ainda nas críticas a Nunes, o psolista disse também que ele "contamina a eleição com debate ideológico, que nada tem a ver com a atuação de um prefeito". E frisou: "Eu quero ser prefeito não para trazer debate de

ideologia. Até porque tem coisas que independem de esquerda e direita." Boulos disse também que a cidade está repleta de problemas que precisam ser sanados, já que o atual prefeito deixou a miséria crescer "pelo seu descaso". "Setenta por cento dos eleitores votaram pela mudança, este é o recado das urnas na

capital", disse.

O candidato afirmou ainda, em entrevista à Jovem Pan News, que vai buscar eleitores do ex-coach derrotado no primeiro turno Pablo Marçal (PRTB) que estão insatisfeitos com a gestão do atual prefeito Ricardo Nunes (MDB). "Independentemente de considerações ideológicas, as pessoas me conhecem. Sabem que tenho lado, que não me movo porque alguém mandou ou porque recebi alianças", disse o psolista.

"Para se incomodar com 80 mil pessoas em situação de rua na cidade mais rica da América Latina não é preciso ser de esquerda ou de direita, basta ser humano", continuou o deputado federal. "É assim que nós vamos dialogar não só com os eleitores do Marçal, mas com 70% dos paulistanos que votaram pela mudança."

Questionado sobre ter perdido para o atual prefeito na zona sul da cidade, local em que historicamente a esquerda vai bem e reduziu eleitoral da candidata a vice na chapa, a ex-prefeita Marta Suplicy (PT), Boulos disse que sua votação foi "estrondosa" na região.

"Eu ganhei no Campo Limpo, ganhei no Capão Redondo, ganhei no Piraporinha, ganhei no Valo Velho, ganhei no Jardim Ângela e ganhei no Jardim São Luís", afirmou. "O Ricardo Nunes só ganhou em Grajaú e Parelheiros por uma diferença muito pequena."

EFICIÊNCIA

Governo de SP apresenta novo modelo de gestão para hospitais

A organização social de saúde contratada vai implementar a expertise do setor privado para ampliar em até 900% o volume de atendimentos prestados à população usuária do SUS

O governador Tarcísio de Freitas apresentou na terça-feira (8) o novo modelo de gerenciamento para os hospitais Geral de Taipas, Geral de Vila Penteadado e Regional Rota dos Bandeirantes aplicado com o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês (IRSSL). A organização social de saúde, contratada pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), implementa a expertise do setor privado para ampliar em até 900% o volume de atendimentos prestados à população usuária do Sistema Único de Saúde em São Paulo.

"Já estamos tendo ganhos em eficiência, logística, em suprimento de medicação e insumo médico. Quantas pessoas já estão saindo da fila e tendo suas demandas supridas. Vamos também abrir uma série de especialidades nas quais tínhamos dificuldade na contratação de profissionais, como neurologia, obstetrícia de alto risco e trauma em ortopedia", detalhou o governador. "Com os três hospitais, vamos atender mais de 4 milhões de pessoas. Vamos conseguir, em São Paulo, entregar para o SUS um padrão de qualidade do Sírio-Libanês", disse Tarcísio.

O anúncio aconteceu no Palácio dos Bandeirantes e contou com a presença do secretário de Estado da Saúde, Eleuses Paiva, de parlamentares estaduais, da presidente da Sociedade de Senhoras Hospital Sírio-Libanês, Denise Jafet, e da diretora Executiva do IRSSL, Carolina Lastra, entre outras autoridades e membros da comunidade médica paulista.

"Com a parceria com o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês temos a certeza que vamos dar um passo impor-

tantíssimo na oferta de serviço de saúde no estado de São Paulo", afirmou o secretário de Saúde, Eleuses Paiva.

Pelo modelo de Organização Social de Saúde, o poder público seleciona uma instituição do terceiro setor para a gestão de um equipamento de saúde e garante integralmente o custeio da unidade. Ao Estado também cumpre o acompanhamento do cumprimento das metas assistenciais, quantitativas e qualitativas, previstas no plano operativo de trabalho, bem como analisar a prestação de contas da OSS parceira.

Nos primeiros 30 dias de contrato, a nova gestora ampliou em 100% o número de cirurgias, em 13% nas altas hospitalares e em 10% nos atendimentos do pronto-socorro (PS) de Taipas. A nova brinquedoteca da unidade recebeu investimentos de R\$ 50 mil, arrecadados via captação de recursos do Instituto. O Hospital é referência para partos de alto risco, neurologia e neurocirurgia, clínica médica, cirurgia geral, pediatria, ortopedia e psiquiatria.

Em até um ano, a gestão prevê o aumento de 943% na quantidade de cirurgias, sendo 205% somente em ortopedia, e 89% em partos de alto risco. As consultas mensais no ambulatório serão ampliadas em 580% e os atendimentos em pronto-socorro saltarão de 15 mil para 17 mil. A unidade atende uma região com 2,5 milhões de habitantes, da zona norte de São Paulo e dos municípios de Caieiras e Franco da Rocha.

No Hospital de Vila Penteadado, referência em média e alta complexidade para diversas especialidades, como oncologia, queimados, bucomaxilo, traumatologia, ortopedia, neurologia, neurocirurgia e cardiologia, houve cresci-



Tarcísio de Freitas: "Já estamos tendo ganhos em eficiência, logística, em suprimento de medicação e insumo médico"

mento de 14% nas cirurgias realizadas, de 8% nos atendimentos do pronto-socorro e de 4% nas altas hospitalares, no mês de setembro quando comparado à agosto. Até o próximo ano, a unidade contará com 41 novos leitos de internação.

O Instituto Sírio-Libanês assegura nos próximos 12 meses, um aumento de 408% no volume de cirurgias, saltando de 197 para 1 mil procedimentos por mês. Conforme o plano de trabalho da Secretaria de Estado da Saúde, o

Instituto criará um núcleo de tratamento para sequelas de queimados e retomará o programa de residência médica em ortopedia na unidade, que é referência para quase 3 milhões de habitantes da região metropolitana de São Paulo e da zona norte da capital.

O Hospital Regional Rota dos Bandeirantes, em Barueri, será inaugurado este ano. A obra teve um investimento de R\$125 milhões do Governo de São Paulo. A unidade será refe-

rência para atendimento a uma população de 1,8 milhão de habitantes das cidades de Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba.

Conforme o plano de trabalho do IRSSL, a unidade será inaugurada 100% paperless, ou seja, não utilizará papel em sua operação e terá projetos de saúde digital para a população. A previsão é que a nova unidade tenha 356 leitos, sendo 50 de UTI (Unidade de Tera-

pia Intensiva), e atendimento nas áreas de cardiologia, ortopedia, neurocirurgia e cirurgia bariátrica, além de oncologia com quimioterapia e radioterapia.

Atualmente, a unidade está em fase de aquisição de equipamentos e contará com oito salas cirúrgicas, 16 poltronas de quimioterapia e 20 consultórios; leitos de Recuperação Pós-Anestésica (RPA), Pronto Atendimento com 28 leitos de observação, Hospital-Dia com 20 leitos, salas equipadas com tomografia e ressonância magnética; parque tecnológico de última geração com acelerador linear, hemodinâmica e aparelhagem completa e digital, dentre outras áreas específicas.

"Assumir a administração destas unidades é um marco significativo para nós, refletindo nosso empenho contínuo em oferecer serviços de alta qualidade e atendimento humanizado para a população que utiliza o Sistema Único de Saúde em São Paulo", afirma Carolina Lastra, diretora-executiva do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês. "Estamos trazendo toda a nossa expertise do setor privado para o SUS, assegurando que cada paciente tenha acesso ao melhor cuidado possível," acrescenta.

Fundado em 2008, por iniciativa da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês já é parceiro da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo na gestão de outros serviços estaduais de saúde, tais como o Hospital Geral do Grajaú, na capital paulista, e o Hospital Regional de Jundiá, no interior do estado. Tem como missão levar a excelência administrativa e operacional, já reconhecida no setor privado, às esferas municipais e estaduais do País.

PREPARAÇÃO

Governo de Minas amplia vagas para cursos de formação profissionalizante

O Trilhas de Futuro, maior programa de acesso a cursos de formação profissionalizante gratuitos já realizado em Minas Gerais, vai se expandir ainda mais, com o aumento das vagas disponíveis nesta quinta edição. Devido à alta procura, o Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), ampliou a oferta de 40 mil para 50 mil vagas em todo o estado.

As inscrições para a quinta edição do Trilhas de Futuro superaram as expectativas, registrando mais de 346 mil candidaturas e estabelecendo um novo recorde. Inicialmente, a quinta edição previa 40 mil vagas, mas, diante da alta demanda, foram disponibilizadas 10 mil vagas extras.

"Esse aumento é uma resposta direta ao grande interesse de todos, mostra o quanto o Trilhas de Futuro está fazendo a diferença, não apenas para preparar os jovens para o mercado de trabalho, mas também para construir carreiras de sucesso", analisa o vice-governador de Minas Gerais, Professor Mateus.

Na quinta edição do programa, que tem como objetivo preparar os jovens para o mer-

cado de trabalho e desenvolver suas habilidades profissionais, foram credenciadas 230 instituições de ensino em 157 municípios mineiros. Além disso, as opções de cursos técnicos também bateram recorde, com 102 modalidades.

Entre os novos cursos credenciados, estão Agente Comunitário de Saúde, Brinquedoteca, Calçados, Cervejaria, Conservação e Restauro, Celulose e Papel, Fundação, Massoterapia e Panificação.

Lucas Luiz Coelho, formado em Eletrotécnica na primeira edição do Trilhas de Futuro, relata como o programa foi transformador. "Entre no Trilhas e optei pelo curso técnico em Eletrotécnica porque já tinha interesse no setor elétrico. Quando soube que o curso era gratuito e que ainda receberia ajuda de custo, fiquei ainda mais motivado." O ex-estudante do Trilhas de Futuro desenvolveu um projeto de uma locomotiva em 3D, que se destacou durante o curso e gerou encomendas de protótipos, mostrando como a formação abriu novas portas profissionais.

Outro exemplo é Marcela dos Anjos, técnica em Enferma-



Estudante realiza exame de sangue: as inscrições para a quinta edição do Trilhas de Futuro superaram as expectativas

gem formada neste ano em Belo Horizonte. Aos 38 anos, ela decidiu retomar os estudos através do Trilhas de Futuro, motivada pelo desejo de trabalhar na área da saúde. "O programa não só superou minhas expectativas, como me levou além. Aprendi muito e ainda ganhei uma nova família aqui dentro".

"Hoje, aos 40 anos, estou realizando um sonho e provando que nunca é tarde para mudar de carreira", afirmou Marcela,

que já está com um certificado provisório e foi chamada para uma entrevista de emprego na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Venda Nova, logo após sua colação de grau.

Os candidatos que se inscreveram na quinta edição poderão conferir o resultado da alocação no site www.trilhasdefuturo.mg.gov.br. A previsão é que a lista esteja disponível a partir da próxima sexta-feira (11/10). Já as matrículas

para os candidatos alocados, conforme os critérios estabelecidos na Resolução SEE nº 5047, deverão ser realizadas presencialmente nas instituições de ensino entre 15 e 29/10. As aulas estão previstas para começar em 3/2/2025.

Após a alocação do estudante no curso pretendido, será enviado um comprovante da alocação pelo e-mail informado no ato da inscrição, contendo a documentação a ser

apresentada e demais orientações para efetivar a matrícula.

Para o preenchimento das vagas remanescentes, que ainda permanecem disponíveis após o prazo de confirmação de matrícula, a SEE/MG abrirá um novo período de inscrição, previsto para ocorrer entre os dias 12 e 22/11. Essas vagas são limitadas e serão preenchidas por ordem de inscrição no site.

Nesta etapa, as vagas são acessíveis a qualquer candidato, sem necessidade de definição de prioridade. O catálogo de cursos com vagas residuais ficará disponível para consulta no site do Trilhas durante o período informado.

Iniciado em 2021, o Trilhas de Futuro oferece cursos técnicos gratuitos em instituições credenciadas, tanto públicas quanto privadas, para estudantes do ensino médio e egressos. A seleção dos candidatos é feita com base em critérios de escolaridade e rede de ensino.

Desde sua criação, o programa já registrou mais de 140 mil matrículas, com 50 mil estudantes formados e 90 mil ainda em formação.

Para a subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica da SEE/MG, Kellen Senra, a ampliação reflete o compromisso do Governo de Minas. "Essa ampliação reflete o nosso compromisso em oferecer mais oportunidades para os jovens mineiros. A demanda crescente mostra o quanto o Trilhas de Futuro é importante para a juventude do estado".

CUSTO ALTO

Chuvas no verão amenizam cenário de seca e ondas de calor da primavera

Com a volta das precipitações, as perspectivas são de melhora nos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas, de diminuição das altas temperaturas e de melhora nas condições dos rios no norte do País.



Agência Brasil

De acordo com a Climatempo a previsão para o verão é de uma temporada de chuvas acima da média na região do Amazonas, Acre e Rondônia

A primavera de 2024 chegou com temperaturas mais elevadas, ondas de calor e os níveis dos reservatórios abaixo da média. O calor extremo registrado em praticamente todo o país, principalmente nas regiões Central, Norte e Nordeste, está pressionando o consumo e o custo da energia, devido ao maior uso dos aparelhos de ar-condicionado e de refrigeração. Contudo, a partir da segunda quinzena de outubro, segundo a Climatempo – a maior empresa de consultoria meteorológica e previsão do tempo do Brasil e da América Latina –, as chuvas retornarão, amenizando o impacto no setor elétrico.

As perspectivas são de uma melhora nos níveis dos reservatórios das hidrelétricas, de diminuição das altas temperaturas e de melhora nas condições dos rios no norte do País. “Este cenário do início da primavera irá mudar com a volta das chuvas, ainda pouco intensas, a partir da segunda

quinzena de outubro, e que se intensificarão nos meses de verão”, destaca Lara Marques, meteorologista da vertical Energia da Climatempo. Nos subsistemas Sudeste e Centro-Oeste, há previsão de chuvas entre a média e um pouco acima dela entre dezembro e fevereiro, o que deve elevar os níveis dos reservatórios e aliviar a pressão no sistema. No interior do Brasil, que compreende quase todo o Centro-Oeste, grandes áreas da região Norte – incluindo Rondônia, Amazonas e Tocantins –, além do norte de Goiás e nordeste do Mato Grosso, o pico das temperaturas está sendo registrado nesta primavera, diminuindo no verão.

A projeção do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), de queda para menos de 40% no volume de água armazenada no subsistema Sudeste/Centro-Oeste – responsável por 70% da disponibilidade de água dos reservatórios brasileiros –, levou a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a acionar a bandeira vermelha na tarifa

de energia. “Estamos em bandeira vermelha porque os níveis dos reservatórios estão mais baixos, as usinas térmicas estão ligadas e a previsão é de ocorrência de ondas de calor intensas, que levam ao pico de carga nessa primeira quinzena de outubro”, explica Lara Marques. Diante disso, o mercado livre de energia ficou bem mais movimentado, com o PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) atingindo o preço-teto.

Vinicius Lucyrio, meteorologista da Climatempo, observa que “no verão passado as chuvas ficaram abaixo da média, mas, neste próximo verão, a previsão é de um volume pluviométrico acima da média, o que deve trazer um alívio para a região Norte”. A previsão é de que as chuvas superem a média no Amazonas, Acre e Rondônia. “Os rios devem se recuperar e impactar positivamente a logística local de escoamento fluvial de mercadorias produzidas principalmente na Zona Franca de Manaus”, observa Lucyrio. Com os fatores climáticos

provocando cada vez mais eventos extremos, é fundamental as empresas dos diversos setores da economia contarem com soluções tecnológicas que garantam a segurança e a continuidade das operações diante de condições atmosféricas adversas. A Climatempo desenvolveu o SMAC (Sistema de Monitoramento e Alerta Climatempo), que oferece monitoramento em tempo real de descargas atmosféricas, tempestades, ventos fortes, chuvas intensas e outros fenômenos climáticos que podem representar riscos à infraestrutura e às operações. O sistema identifica com precisão os riscos climáticos, permitindo que se tomem ações proativas em favor da segurança e da otimização das operações.

REQUERIMENTO DE LICENÇA FLARE ENGENHARIA LTDA., CNPJ: 26.395.311/0001-90 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Urbano e Econômico - SMDU, através do processo nº EIS-PRO-2024/15003, Licença Ambiental Municipal para Recarga/Manutenção de Extintores de Incêndio no Rio de Janeiro.

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 12.091.809/0001-55
NIRE 33.3.0029459-7 | Código CVM nº 02529-1

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024

Nos termos dos arts. 123 e 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e dos arts. 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/2022 (“Resolução CVM 81/22”), o Conselho de Administração da **3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.** (“Companhia”), vem, por meio deste edital, convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de outubro de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, em linha com o parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76 e com a Resolução CVM nº 81/22 e com o prazo de cadastramento até às 10:00 horas do dia 28 de outubro de 2024, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar o “Protocolo e Justificação de Incorporação da Enauta Participações S.A. pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A.” (“Protocolo e Justificação Enauta”), que contém os termos e condições da incorporação da Enauta Participações S.A. (“Enauta”) pela Companhia (“Incorporação Enauta”); (ii) Ratificar a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Empresa Avaliadora Enauta”), como responsável pela elaboração do laudo de avaliação a valor contábil dos ativos líquidos da Enauta, no âmbito da Incorporação Enauta (“Laudo de Avaliação Enauta”); (iii) Aprovar o Laudo de Avaliação Enauta; (iv) Aprovar a Incorporação Enauta; (v) Aprovar o “Protocolo e Justificação de Incorporação da 3R Operações Offshore Ltda. pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A.” (“Protocolo e Justificação 3R Operações Offshore”), que contém os termos e condições da incorporação da 3R Operações Offshore Ltda. (“3R Operações Offshore”) pela Companhia (“Incorporação 3R Operações Offshore”); (vi) Ratificar a nomeação da PP&C Auditores Independentes S/S (“Empresa Avaliadora 3R Operações Offshore”), como responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da 3R Operações Offshore, no âmbito da Incorporação 3R Operações Offshore (“Laudo de Avaliação 3R Operações Offshore”); (vii) Aprovar o Laudo de Avaliação 3R Operações Offshore; (viii) Aprovar a Incorporação 3R Operações Offshore; (ix) Ratificar o capital social da Companhia, em decorrência (a) do aumento de capital social aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de julho de 2024, e (b) da incorporação da Maha Energy Holding (Brasil) Ltda. (“Maha Holding”) pela Companhia (“Incorporação Maha Holding”) e da incorporação de ações da Enauta pela Companhia (“Incorporação de Ações Enauta”), conforme autorizado pela assembleia geral extraordinária da Companhia realizada no dia 26 de julho de 2024, e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 30 de julho de 2024; (x) Aprovar a alteração da denominação social da Companhia, de 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. para Brava Energia S.A.; (xi) Caso aprovadas as deliberações constantes nos itens (ix) e (x) da ordem do dia, aprovar a consequente alteração dos artigos 1º, caput, e 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (xii) Autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas e uma vez tomadas eficazes. Nos termos do art. 121, parágrafo único, da Lei das S.A. e da Resolução CVM 81/22, conforme alterada, a Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, via plataforma TEN Meetings (“Plataforma da Assembleia”). Dessa forma, a participação do acionista na Assembleia somente poderá se dar por meio do acesso via Plataforma da Assembleia para participação a distância, a qual, nos termos do art. 28, §1º, da Resolução CVM 81/22, assegurará: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Nos termos do art. 124, §2º-A da Lei das S.A. e do art. 6º, §1º e §3º da Resolução CVM 81/22, solicita-se que os acionistas ou seus representantes apremem em Companhia, em até 2 (dois) dias de antecedência da realização da Assembleia, por meio da Plataforma da Assembleia, extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme aplicável, e cópias dos seguintes documentos, que serão exigidos para a admissão à Assembleia: **Pessoas Físicas:** Cópia simples do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); **Pessoas Jurídicas:** Cópia da documentação societária comprovando poderes de representação, devidamente registrados na junta comercial ou registro civil de pessoas jurídicas competente, conforme o caso, bem como cópia simples do documento de identificação contendo foto do representante legal, que comparecerá à Assembleia. **Fundos de Investimentos:** Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, registrado no órgão competente, além da documentação societária comprovando poderes de representação devidamente registradas na junta comercial competente, e cópia simples do documento de identificação com foto do representante legal do administrador ou gestor, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º, da Lei das S.A., sendo necessária a apresentação de cópia simples do instrumento de mandato e do documento de identificação com foto do procurador, que comparecerá à Assembleia. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A.. As pessoas jurídicas ou fundos de investimento acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com o contrato ou estatuto social próprio ou do administrador/gestor, conforme o caso, e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ 2014/3578, julgado em 04.11.2014). Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, sendo aceita assinatura digital, por meio de certificado digital. Os acionistas que tiverem interesse em participar, pessoalmente ou através de representantes legais e/ou procuradores devidamente constituídos, da Assembleia ora convocada, deverão seguir os seguintes passos, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da realização da Assembleia, ou seja, até às 10:00 horas (horário de Brasília) do dia 28 de outubro de 2024, imprerivelmente, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada: **1.** Acessar o endereço eletrônico: <https://assembleia.ten.com.br/082411825>; **2.** Preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, incluindo instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia, se for o caso; **3.** Em caso de pendências e ainda dentro do prazo, envio das solicitações de regularização do cadastro. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, com a validação da condição do acionista e a regularidade dos documentos, haverá a liberação para participação digital na data e horário da Assembleia, sendo autorizado apenas um único acesso simultâneo na Assembleia. As instruções e orientações para acesso à Plataforma da Assembleia serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o cadastro. Os acionistas deverão se comprometer a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia, incluindo a Proposta da Administração e o Manual para Participação e Regras e Procedimentos, encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<https://ri.bravaenergia.com/>), e foram enviados à CVM (www.gov.br/cvm) e à B3 (<http://www.b3.com.br/>). Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2024. **Harley Lorentz Scardoelli** - Presidente do Conselho de Administração.

METALNAVE S.A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ/MF: 30.460.539/0001-94 - NIRE: 33.3.0011259-6

CONVOCAÇÃO: Convidamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar na Av. Pres. Vargas, 583, sala 908, Centro, Rio de Janeiro/RJ, no próximo dia 18 de outubro de 2024, às 11:00 horas, em 1ª convocação, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: I - Selecionar Curriculum de candidatos ao Cargo de Liquidante; II - Eleger novo Liquidante em substituição ao Liquidante renunciante Sr. PEDRO FRANCISCO DE ASSIS DAS CHAGAS e; III - Outros assuntos de interesses da Companhia. Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2024. Espólio de Francisco José Wlasek - P/p Inventariante: Natassia Wlasek.

CENTRO ORTOPÉDICO TRAUMATOLÓGICO TIJUCA LTDA
CNPJ 30.939.375/0001-82

Ata de Reunião de Sócios. Aos 27 dias do mês de setembro de 2024, às 9:00 horas, reuniram-se em assembleia, os sócios Mauricio Guimarães Pedro, brasileiro, casado, médico, nascido em 06/05/1947, inscrito no CPF nº 108.678.997-00, portador da carteira de identidade nº 16728 expedida pelo CREMERJ-RJ residente e domiciliado na Rua Professor Hélio Póvoa nº 56, bloco 1, cob. 1001, Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, Cep. 20.510-190 e Jorge Luiz Borges Petros, brasileiro, divorciado, médico, nascido em 19/09/1955, inscrito no CPF nº 336.131.887-20, portador da carteira de identidade nº 52.321570, expedida pelo CREMERJ-RJ, residente e domiciliado na Avenida Lúcio Costa nº 3602, bloco 1, apto. 1401, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Cep. 22.630-010, representando a totalidade do capital social da empresa, dispensando a convocação prévia desta assembleia, conforme faculta o § 4º do artigo 124, da Lei 6404/76. Comprovada a presença dos sócios, assumiu a presidência da reunião, o sócio Mauricio Guimarães Pedro, secretariado pelo sócio Jorge Luiz Borges Petros, para deliberarem sobre a seguinte: Ordem do Dia: a) Diminuição do Capital Social da empresa, b) Outros assuntos de interesse da sociedade. Iniciada a reunião e tomando a palavra, o presidente apresentou exposição dos motivos, para a proposta de diminuição do capital social da empresa, totalmente integralizado, dos atuais R\$3.690.400,00 (tres milhões, seiscentos e noventa mil e quatrocentos reais), que após deduzido o valor do imóvel sede da empresa, localizado na Rua Antônio Basílio 613, Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Cep. 20.511-190 no valor contábil, de R\$3.084.586,00 (tres milhões, oitenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e seis reais), já deduzidas as depreciações correspondentes, a ser transferidos aos únicos sócios acionistas qualificados, na proporção de suas cotas, fica o capital reduzido para R\$ 605.814,00 (seiscentos e cinco mil, oitocentos e quatorze reais). Após análise da proposta e com a concordância do outro sócio, foi a proposta aprovada. Passando para o item “b” da ordem do dia, ficou livre a palavra, e não havendo nenhuma manifestação, foi a reunião suspensa pelo tempo necessário a lavratura da ata, que vai assinada por ambos os sócios, representando a totalidade do capital social. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2024. Mauricio Guimarães Pedro - presidente. Jorge Luiz Borges Petros - secretário.

UNIÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - UNISERVI
CNPJ: 34.055.087/0001-16

Editais de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária
Nos termos do Estatuto, convoco os Senhores Associados da entidade União dos Servidores Públicos da República Federativa do Brasil - UNISERVI, inscrita no CNPJ sob o nº 34.055.087/0001-16, situada a Travessa do Paço, 23, sala 207, Centro, CEP 20010-170, nesta cidade do Rio de Janeiro/RJ, no dia 18/10/2024, às 13:00, em primeira convocação, ou às 14:00, em segunda e última convocação, com a presença de no mínimo 1/3 dos associados com direito a voto, para o fim de deliberarem sobre a seguinte pauta: **1. Alteração do endereço da Sede; 2. Renúncia de membro da Diretoria Executiva.** Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2024. **André Luis Almeida de Souza, Diretor Presidente**

O Diário Comercial oferece um atendimento ágil e o melhor custo-benefício.

Fale com quem entende de Publicidade Legal.

- Atas
- Balanços
- Editais
- Avisos
- Comunicados
- Fatos Relevantes

Diário Comercial
www.diariocommercial.com.br

PIRACICABA

Soltura de peixe sem estudo prévio pode causar desequilíbrio

A introdução intencional de peixes na bacia do Rio Piracicaba, interior de São Paulo, sem que haja um estudo qualificado sobre as espécies utilizadas e suas características genéticas, pode levar ao desequilíbrio da biodiversidade aquática. O alerta é da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC), que representa pesquisadores científicos de 16 institutos públicos de pesquisa, incluindo o Instituto de Pesca.

“Estudos indicam que muitos desses programas de estoque não cumpriram o objetivo de aumentar o rendimento da pesca e, em vez disso, levaram à degradação da biodiversidade, com espécies exóticas que acabam prevalecendo ou predando as nativas”, explicou. “A estocagem, que deveria ser uma medida compensatória para danos ambientais, muitas vezes é adotada por pressão política, sem uma avaliação rigorosa de seus impactos”, acrescentou.

Em julho deste ano, resíduos despejados por uma usina sucroenergética no córrego Tijuco Preto, segundo a Companhia Ambiental de São Paulo (Cetesb), provocaram a morte de dezenas de milhares de peixes no Rio Piracicaba, atingindo a comunidade do Tanquã. Um relatório técnico produzido por pesquisadores do Instituto de Pesca mostrou que o desastre ambiental pode ter comprometido a piracema, período de reprodução da maioria das espécies nativas, que na região Neotropical se estende durante o verão, de novembro a fevereiro.

“Apesar de ser uma medida bem-intencionada, a soltura de peixes necessita de estudos, porque ao liberar peixes geneticamente homogeneizados, oriundos de piscicultura, há a possibilidade de se comprometer as variedades genéticas das populações selvagens, levando à perda de características adaptativas essenciais para a sobrevivência no ambiente natural”, acrescentou Lutgens.

Segundo a APqC, no Brasil, a estocagem de peixes, repo-

voamento ou, como é conhecida, a soltura, começou a ganhar relevância com a introdução de espécies não-nativas em reservatórios nas regiões Sudeste e Sul. Tucunarés e corvina, por exemplo, que são espécies não-nativas na bacia do Alto Rio Paraná, tiveram sucesso em colonizar esses ambientes, assim como a exótica tilápia-do-nylo, originária da África, se tornaram localmente abundantes.

“Estudos indicam que muitos desses programas de estoque não cumpriram o objetivo de aumentar o rendimento da pesca e, em vez disso, levaram à degradação da biodiversidade, com espécies exóticas que acabam prevalecendo ou predando as nativas”, explicou. “A estocagem, que deveria ser uma medida compensatória para danos ambientais, muitas vezes é adotada por pressão política, sem uma avaliação rigorosa de seus impactos”, acrescentou.

Diante desse cenário, os pesquisadores destacam a necessidade de uma abordagem mais cautelosa e mais investimento em pesquisa para que ações como esta sejam feitas com critérios técnicos.

“Para que a estocagem seja uma estratégia eficaz e sustentável, é essencial que ela seja precedida por uma avaliação detalhada da necessidade dessa ação, bem como de sua viabilidade econômica, social e sobretudo ambiental, porque não adianta querer reponer um ambiente comprometido sem condições adequadas para o desenvolvimento do ciclo vital das espécies de interesse. O monitoramento contínuo dos resultados é imprescindível, assim como o uso de métodos de marcação para distinguir peixes estocados das queles resultantes de recrutamento natural”, afirmou Lutgens com base em publicação científica realizada sobre o tema.

APOSENTADORIA

Dom Odilo Scherer renuncia, mas segue como arcebispo de SP por mais dois anos

A pedido do papa Francisco, o arcebispo dom Odilo Scherer ficará mais dois anos à frente da Arquidiocese de São Paulo, a maior do País, mesmo já tendo completado 75 anos. Dom Odilo chegou a essa idade no último dia 21 e, conforme norma da Igreja Católica, encaminhou ao pontífice pedido de renúncia.

Segundo o próprio arcebispo, Francisco recebeu o pedido e requisitou que dom Odilo ficasse até 2026 conduzindo o arcebispado da capital paulista. Scherer informou a decisão do papa ao clero e à comunidade católica em comunicado divulgado pela arquidiocese nesta terça-feira, 8.

“Tendo completado 75 anos de idade em 21 de setembro passado, apresentei ao Papa Francisco minha carta de renúncia ao governo pastoral da arquidiocese de São Paulo, conforme estabelece norma canônica (cfr. Cân. 401. par. 1). A Santa Sé informou no dia 7 de outubro que o papa acolheu minha carta e dispôs que eu permanecesse ainda, por mais dois anos à frente da querida arquidiocese de São Paulo”, anunciou.

A renúncia equivale à aposentadoria no mundo leigo. A Igreja Católica considera essa idade como limite para que um

bispo possa ser dispensado de suas funções episcopais. Após ser aceito o pedido de renúncia, o religioso se torna bispo emérito, o que deve acontecer com dom Odilo apenas em 2026.

O gaúcho dom Odilo Scherer foi nomeado para o comando da arquidiocese de São Paulo pelo então papa Bento XVI em março de 2007, quando ocupava o cargo de secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dom Odilo sucedeu dom Cláudio Hummes, de quem já era bispo-auxiliar na arquidiocese.

Quando o argentino Jorge Mario Bergoglio foi escolhido papa, em 2013, Odilo chegou a aparecer entre os cotados a ocupar o cargo de líder máximo da Igreja Católica.

O arcebispo continuará como pastor de cerca de 7 milhões de católicos, enquanto espera a escolha do seu sucessor. “Sigamos em frente, preparando-nos mediante a oração para viver intensamente o Ano Jubilar de 2025, como ‘peregrinos de esperança’. Procuremos caminhar juntos na realização do ‘Projeto Emergencial de Pastoral 2024-2026’, vivendo a comunhão, a conversão e a renovação missionária de nossa Arquidiocese”, disse.

METROBARRA S.A.

CNPJ: 17.339.410/0001-64 - NIRE: 33.3.0030575-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2024. 1. Data, Local e Hora: Realizada em 27 de setembro de 2024, às 17:00 horas, na sede da METROBARRA S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nº 2.700, Parte, Cidade Nova, CEP 20.210-031. 2. **Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no §4º do art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), por estar presente a única acionista titular da totalidade do capital social da Companhia. 3. **Presença:** Presente acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme registro lavrado no Livro de Presença de Acionistas assinado e arquivado na sede da Companhia. 4. **Mesa:** Presidente: Guilherme Walder Mora Ramalho; Secretária: Amanda Passos de Moraes. 5. **Ordem do Dia:** Presente a acionista da Companhia para examinar e votar a respeito da seguinte ordem do dia (I) deliberar sobre a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 273.740.256,39 (duzentos e setenta e três milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos), sendo R\$ 123.740.256,39 (cento e vinte e três milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos), para a absorção da totalidade dos prejuízos acumulados constantes das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2023, e R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) por considerá-lo excessivo, mediante restituição de capital à acionista, com o cancelamento de ações; (ii) deliberar sobre a alteração do caput do art. 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações do item acima; (iii) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima. 6. **Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista presente deliberou, por unanimidade e sem ressalvas, o quanto segue: 6.1. Aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 273.740.256,39 (duzentos e setenta e três milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos), sendo R\$ 123.740.256,39 (cento e vinte e três milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos), para a absorção da totalidade dos prejuízos acumulados constantes das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2023, e R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) por considerá-lo excessivo, mediante restituição de capital à acionista, com o cancelamento de 1.954.322.144 (um bilhão, novecentas e cinquenta e quatro milhões e trezentas e vinte e dois mil e cento e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal (“Redução de Capital”). 6.1.1. Consignar que, em razão da Redução de Capital ora aprovada, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 434.250.920,06 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, duzentos e cinquenta mil, novecentos e vinte reais e seis centavos), dividido em 3.100.260.815 (três bilhões, cem milhões, duzentas e sessenta mil, oitocentas e quinze) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$ 160.510.663,67 (cento e sessenta milhões, quinhentos e dez mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sete centavos), dividido em 1.145.938.668 (um bilhão, cento e quarenta e cinco milhões, novecentas e trinta e oito mil e seiscentas e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2. Na forma do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, esta deliberação somente se tornará eficaz após decorrido 60 (sessenta) dias da publicação desta ata, sem que haja impugnação de credores quirografários da Companhia, quando, então, esta ata será apresentada para arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro juntamente com a cópia das publicações supra referidas. 6.1.3. Consignar que, com a absorção dos prejuízos acumulados constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2023 por meio da Redução de Capital, a conta de prejuízos acumulados será zerada. 6.2. Aprovar a alteração do caput do art. 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações do item 6.1 acima, de modo que o caput do art. 4º do Estatuto Social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação: **Art. 4º - O capital social é de R\$ 160.510.663,67 (cento e sessenta milhões, quinhentos e dez mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sete centavos), dividido em 1.145.938.668 (um bilhão, cento e quarenta e cinco milhões, novecentas e trinta e oito mil e seiscentas e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.** 6.3. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações ora tomadas, que passará a vigorar na forma do **Anexo I** à presente ata. 6.4. Aprovar a autorização dos administradores da Companhia para a prática de todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do § 1º do art. 130 da Lei das S.A., que, lida, conferida, e achada conforme, foi por todos assinada. **Mesa:** Guilherme Walder Mora Ramalho - Presidente; Amanda Passos de Moraes - Secretária. **Acionista Presente:** HMOBI Participações S.A. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2024. **Mesa:** Guilherme Walder Mora Ramalho - Presidente; Amanda Passos de Moraes - Secretária. **Anexo I - Estatuto Social Consolidado. Denominação, Duração, Sede e Objeto Social:** **Art. 1º -** A METROBARRA S.A. é uma Companhia por ações, de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores (“Lei nº 6.404/76”), com prazo de duração indeterminado (“Companhia”). **Parágrafo Único -** A Companhia é subsidiária integral de sociedade brasileira, nos termos do art. 251 da Lei nº 6.404/76. **Art. 2º -** A Companhia tem sua sede social, domicílio legal e foro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Vargas nº 2700, parte, Centro, CEP 20210-031. **Parágrafo Único -** A Companhia poderá abrir, transferir e fechar filiais, escritórios e sucursais em qualquer lugar do território nacional, por deliberação do seu Conselho de Administração, observado o disposto neste Estatuto e nas disposições legais cabíveis. **Art. 3º -** A Companhia tem por objeto social (i) a locação de bens próprios; (ii) atividades de engenharia; e (iii) a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, inclusiva como holding. **Capital Social e Ações:** **Art. 4º -** O capital social é de R\$ 160.510.663,67 (cento e sessenta milhões, quinhentos e dez mil, seiscentos e sessenta e três reais e sete centavos), dividido em 1.145.938.668 (um bilhão, cento e quarenta e cinco milhões, novecentas e trinta e oito mil e seiscentas e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Da Administração:** **Art. 5º -** A Companhia será administrada e gerida por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com os poderes conferidos em lei e por este Estatuto Social, permitindo-se em qualquer caso a reeleição, dispensando-se a constituição de caução em garantia de seus respectivos mandatos. **Parágrafo Primeiro -** A remuneração anual global da Administração será fixada anualmente pela Assembleia Geral, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre sua respectiva individualização. **Parágrafo Segundo -** Os membros do Conselho de Administração e os diretores tomarão posse nos termos da Lei nº 6.404/76, e observarão os requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades contemplados na referida lei. **Parágrafo Terceiro -** Ao final de seus mandatos, os membros do Conselho de Administração e os diretores permanecerão no cargo até que os membros do Conselho de Administração eleitos em Assembleia Geral ou os diretores eleitos pelo Conselho de Administração, conforme o caso, sejam empossados. **Conselho de Administração:** **Art. 6º -** O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, pessoas naturais e residentes no País, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro -** Na Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração, serão escolhidos o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo -** O Conselho de Administração somente deliberará com a presença da maioria de seus membros em exercício. **Art. 7º -** No caso de vacância dos cargos de membro do Conselho de Administração, os membros remanescentes indicarão um substituto que exercerá o cargo até o provimento, em definitivo pela primeira Assembleia Geral subsequente, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. **Parágrafo Único -** No caso de vacância concomitante de um número de membros superior a 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração, deverá ser realizada Assembleia Geral, dentro de 30 (trinta) dias contados da verificação da referida vacância, para eleição e posse dos substitutos, cujo mandato coincidirá com o dos demais membros do Conselho de Administração. **Funcionamento do Conselho de Administração:** **Art. 8º -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, ao menos uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado na forma deste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro -** A cada ano, na 1ª (primeira) reunião do Conselho de Administração (que deverá ser realizada até o final do 1º (primeiro) trimestre), o Conselho de Administração definirá o calendário das reuniões do Conselho de Administração a serem realizadas ao longo do ano. **Parágrafo Segundo -** As convocações para as reuniões do Conselho de Administração sempre deverão ser feitas por escrito a cada membro do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 10 (dez) dias em primeira convocação, e em segunda convocação, caso não tenha sido verificado quorum para sua instalação em primeira convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por carta entregue a cada um dos membros em mãos, mensagem eletrônica (e-mails) sujeita a confirmação, ou carta registrada com aviso de recebimento. As convocações conterão, além da data, hora e local da reunião, breve descrição das matérias da ordem do dia, dispensada a convocação nas reuniões em que se verifique a presença da totalidade dos Conselheiros em exercício. Poderá, excepcionalmente, ser reduzida a antecedência mínima de convocação, na hipótese de realização de reunião objetivando a continuidade de discussões de matérias incluídas na ordem do dia, porém não deliberadas em reuniões anteriores, desde que presentes os mesmos Conselheiros presentes na reunião anterior. **Parágrafo Terceiro -** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas ordinariamente por seu Presidente, e extraordinariamente por no mínimo quaisquer 2 (dois) outros membros do Conselho, e serão instaladas em primeira convocação com quorum mínimo de metade da totalidade de seus membros, e em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Conselheiros. **Parágrafo Quarto -** As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo facultada ainda, aos membros do Conselho de Administração, a manifestação na reunião por meio da submissão prévia de voto por escrito ao Presidente. As reuniões realizadas em observância aos termos deste parágrafo serão consideradas entre presentes. **Parágrafo Quinto -** As deliberações do Conselho de Administração se darão por maioria simples dos votos dos presentes, sendo certo que o Presidente do Conselho de Administração não terá voto de qualidade. **Atribuições do Conselho de Administração:** **Art. 9º -** Ao Conselho de Administração caberá deliberar sobre as matérias fixadas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto Social: (a) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto Social; (b) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (c) manifestar-se sobre as demonstrações financeiras, instruídas pelo parecer dos auditores independentes, o relatório anual da administração e as contas da Diretoria; (d) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (e) estabelecer a política e a orientação geral dos negócios da Companhia segundo os termos deste Estatuto

Social e em conformidade com as deliberações tomadas em Assembleia Geral; (f) aprovar o Orçamento Plurianual ou de qualquer alteração do mesmo; (g) aprovar o Orçamento Anual ou de qualquer alteração do mesmo; e (h) aprovar critérios gerais de remuneração, políticas de benefícios, e fixação de parâmetros anuais para pagamento de remuneração variável aos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia (i.e., diretores e gerentes). **Diretoria:** **Art. 10 -** A Diretoria é composta de no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) diretores, pessoas naturais e residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, que se estenderá até a investidura dos novos diretores eleitos, sendo permitida a reeleição, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Comercial, 01 (um) Diretor Administrativo-Financeiro, que acumulará as funções de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor de Operações, e 01 (um) Diretor de Manutenção. **Parágrafo Primeiro -** Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço) do número total de membros do Conselho de Administração, poderão integrar a Diretoria. **Parágrafo Segundo -** No impedimento ou ausência temporária do Diretor Presidente, o mesmo será substituído por um dos demais diretores, designado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro -** Em caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria, o substituto será eleito pelo Conselho de Administração e exercerá o mandato pelo tempo que faltar ao Diretor substituído. **Funcionamento da Diretoria:** **Art. 11 -** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem e suas reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Primeiro -** As reuniões serão sempre convocadas por quaisquer dos diretores com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, mediante comunicação aos demais diretores. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo facultada ainda, aos diretores, a manifestação na reunião por meio da submissão prévia de voto por escrito ao Diretor Presidente. As reuniões realizadas em observância aos termos deste Parágrafo serão consideradas realizadas entre presentes. **Parágrafo Segundo -** As deliberações da Diretoria constarão em atas lavradas em livro próprio e serão tomadas por maioria dos diretores presentes. **Parágrafo Terceiro -** Em caso de empate ou divergência entre os diretores, a matéria objeto da discussão e impasse será levada à deliberação do Conselho de Administração, que decidirá o assunto. **Competência da Diretoria e Representação:** **Art. 12 -** A Diretoria compete: (a) propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais, dentro dos objetivos e metas da Companhia, para exame e deliberação; (b) deliberar sobre, no âmbito de sua alçada, os critérios relativos aos cargos e salários e ao regime disciplinar dos empregados da Companhia; (c) elaborar e apresentar ao final de cada exercício social as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração, na forma da Lei nº 6.404/76, para apreciação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado, e aprovação pela Assembleia Geral; (d) elaborar e propor ao Conselho de Administração o Orçamento Anual e o Orçamento Plurianual da Companhia; e (e) deliberar sobre normas e manuais da Companhia relativos à sua estrutura operacional. **Art. 13 -** E a seguinte a competência específica de cada membro da Diretoria: (a) do Diretor Presidente na condição de principal orientador e condutor das atividades da Companhia; (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) coordenar a execução do planejamento estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração; (iii) coordenar e orientar as atividades dos demais diretores, nas suas respectivas áreas de competência; e (iv) encaminhar ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando instalado, as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual da Administração elaborado pela Diretoria. (b) do Diretor Comercial: a execução da política, das diretrizes e das atividades comerciais e de marketing, conforme especificado pelo Conselho de Administração; (c) do Diretor Administrativo-Financeiro: (i) a execução de política, das diretrizes e das atividades econômico-financeiras, contábeis e de tecnologia e sistemas de informação da companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração; (ii) as funções relativas às Relações com Investidores, inclusive prestar todas as informações exigidas pela legislação e pela regulamentação do mercado de valores mobiliários; (iii) a execução da política, diretrizes e atividades de recursos humanos, conforme especificado pelo Conselho de Administração; (d) do Diretor de Operações - a execução da política, das diretrizes e das atividades relacionadas com as operações do sistema metroviário, conforme especificado pelo Conselho de Administração; e (e) do Diretor de Manutenção - a execução da política, das diretrizes e das atividades relacionadas com planejamento e execução das atividades de manutenção das atividades do sistema metroviário, conforme especificado pelo Conselho de Administração. **Art. 14 -** Observado o que dispõe este Estatuto Social, a Diretoria tem os mais amplos poderes e gerais de representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, a administração e a gestão de negócios sociais, considerando-se a Companhia validamente obrigada: (a) mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) diretores; (b) mediante a assinatura conjunta de um diretor e um procurador; ou (c) mediante a assinatura de dois procuradores, nos limites dos poderes que lhes forem conferidos, na forma prevista no parágrafo primeiro deste artigo. **Parágrafo Primeiro -** É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por 2 (dois) membros da Diretoria. As procurações deverão conter poderes específicos, e com exceção daquelas (i) outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos ou (ii) vinculadas a contratos de financiamento ou contratos de dívida, terão prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, sendo vedado o subestabelecimento total ou parcial. **Parágrafo Segundo -** As procurações mencionadas no item (i) do Parágrafo Primeiro deste artigo poderão ser subscritas por um Diretor isoladamente. **Parágrafo Terceiro -** Não obstante o disposto no caput deste artigo, a Companhia pode ser representada por qualquer Diretor, isoladamente, nos seguintes casos: (i) aposição de endosso-mandato em títulos para efeitos de cobrança ou depósito em instituições financeiras, em favor da Companhia; (ii) representação da Companhia perante órgãos da administração pública direta e indireta, sejam empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundações, em todas as instâncias municipal, estadual e federal; (iii) emissão de corresponsabilidade que não envolva compromisso para a Companhia; e (iv) representação da Companhia nos atos societários de suas Controladas ou Coligadas, tais como, por exemplo, assembleias gerais ou reuniões de sócios. **Conselho Fiscal:** **Art. 15 -** A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente e, nos exercícios sociais em que for instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos com as atribuições, competência e remuneração previstos em lei, com mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro -** O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio. O quórum mínimo de instalação das Reuniões do Conselho Fiscal será de metade mais 1 (um) dos seus membros; e as suas deliberações serão tomadas pelos votos da maioria dos membros presentes. **Parágrafo Segundo -** Aplicase ao Conselho Fiscal, quanto às normas de eleição, funcionamento, requisitos, impedimentos, investidura, deveres e responsabilidades e remuneração, o que dispõe a Lei nº 6.404/76. **Assembleia Geral:** **Art. 16 -** As Assembleias Gerais serão realizadas: (a) ordinariamente e anualmente, com a finalidade prevista no artigo 132 da Lei nº 6.404/76, nos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao encerramento de cada exercício social; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Art. 17 -** Sem prejuízo das demais atribuições legais, a Assembleia Geral terá competência exclusiva para deliberar sobre as seguintes matérias de interesse da Companhia: (a) alteração do Estatuto Social da Companhia; (b) alteração da condição de subsidiária integral da Companhia; (c) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos Conselheiros e membros do Conselho Fiscal da Companhia, ressalvado o disposto no inciso II do artigo 142 da Lei nº 6.404/76; (d) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras preparadas por eles, acompanhadas do relatório anual da administração; (e) transformação, fusão, cisão ou incorporação da Companhia (ou de suas ações) de ou por outra Companhia; (f) dissolução e liquidação da Companhia, bem como a cessação do estado de liquidação; (g) emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição ou quaisquer outros valores mobiliários que possam ser convertidos, permutados ou transformados em ações da Companhia, ou resultem na emissão de ações em benefício de seu titular, observado o direito de preferência previsto no art. 253 da Lei nº 6.404/76; (h) aumento ou redução do capital social da Companhia; (i) distribuição de dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio pela Companhia, salvo os dividendos obrigatórios previstos em lei ou neste Estatuto Social; e (j) requerimento de recuperação judicial e extrajudicial ou de falência. **Exercício Social, Lucros e Dividendos:** **Art. 18 -** O exercício social terá início em 1º (primeiro) de janeiro e terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, findo o qual será elaborado o balanço anual e as demonstrações financeiras exigidas em lei. **Art. 19 -** O resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor será deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. **Art. 20 -** O saldo, após deduzidas as eventuais participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: (a) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade, por proposta do Conselho de Administração; (c) constituição de reserva de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista pela lei; (d) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei de acordo com as deduções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” anteriores, que serão declarados e pagos na forma da lei; e (e) a Assembleia Geral decidirá o destino remanescente do lucro líquido do exercício, nos termos da lei. **Parágrafo Único -** O valor dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata este artigo. **Art. 21 -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade, e com base neles decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários, na forma deste Estatuto Social. **Liquidação:** **Art. 22 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Solução de Controvérsias:** **Art. 23 -** Todo conflito ou controvérsia decorrente da interpretação das disposições deste Estatuto Social deverão ser solucionadas por meio de arbitragem, na forma da Lei nº 9.307/96, indicando-se a Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil - Canadá (“CCBC”) como entidade arbitral, observando-se o seu regulamento vigente na data do pedido de instauração da arbitragem. A arbitragem será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na língua portuguesa, e os árbitros indicados deverão ter experiência específica na matéria sob discussão, ainda que não sejam integrantes da CCBC. **Parágrafo Único -** Não obstante o disposto neste artigo, fica eleito o foro central da Capital do Estado do Rio de Janeiro como competente para proposição de medidas judiciais que visem à obtenção de medidas cautelares para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório, previamente à instauração do tribunal arbitral, para a instalação do tribunal arbitral ou para a execução da decisão arbitral, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, sem que isso seja interpretado como uma renúncia ao compromisso de submissão de conflitos e/ou controvérsias à arbitragem, na forma deste artigo. **Art. 24 -** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pelas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis.

SÃO PAULO

Alesp aprova lei que autoriza o Estado a contratar a PPP do Túnel Santos-Guarujá

O projeto do Túnel Imeroso Santos-Guarujá deu mais um passo decisivo nesta terça-feira (8), com a aprovação da contratação, pelo Governo do Estado de São Paulo, da parceria público-privada (PPP) para a construção do empreendimento. A autorização foi chancelada pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

"A partir da implementação do projeto, a travessia entre os Santos e Guarujá poderá ser feita em menos de cinco minutos e não estará suscetível a neblinas, ressacas ou mesmo aos impactos decorrentes de navios que atracam no Porto de Santos. Assim, vamos assegurar a fluidez do transporte e a segurança dos usuários", destaca o secretário de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, Rafael Benini.

O projeto, qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP) e integrado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é estimado em aproximadamente R\$ 6 bilhões, que serão custeados por três frentes:



O empreendimento é uma demanda centenária da população da Baixada Santista e vai reduzir o tempo de deslocamento entre os dois municípios.

o Governo de São Paulo, a União e o setor privado. Desse total, 86% serão provenientes de aporte público

dividido igualmente entre o Governo de SP e o Governo Federal. Ao todo, deverão ser gerados 9 mil empregos diretos

indiretos. Com projeto executivo elaborado pelo Governo de São Paulo, o empreendimento é

uma demanda centenária da população da Baixada Santista e vai reduzir o tempo de deslocamento entre os dois

municípios. Atualmente, mais de 21 mil veículos cruzam diariamente as duas margens utilizando barcos de pequeno porte (catraias) e as balsas, além de 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres.

O Túnel Imeroso Santos-Guarujá é uma parceria entre o Governo de São Paulo e o Ministério de Portos e Aeroportos, com participação da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da Autoridade Portuária de Santos (APS).

O PPI-SP é uma iniciativa do Governo do Estado que visa ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo.

Com foco nas áreas de Rodovias, Mobilidade, Social e Água/Energia, o PPI-SP está realizando o maior e mais completo programa de investimentos com a iniciativa privada da história de São Paulo, beneficiando a população paulista e impulsionando o crescimento econômico regional. Ao todo, já são 25 projetos qualificados e uma carteira de mais de R\$ 494 bilhões.

EDUCAÇÃO

Mais de R\$ 120 mi em creches para 7 mil crianças

Entre janeiro de 2023 e setembro deste ano, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) já inaugurou 53 unidades do Programa Creche Escola, beneficiando 6.800 crianças com vagas na educação infantil, um investimento total de R\$ 120,9 milhões. Há, ainda, 61 creches com obras em andamento e outras sete em inaugurações previstas para os próximos meses.

"Quando teve a inauguração da creche, eu fui para

poder conhecer também o espaço, onde ele ia ficar. E fiquei supertranquila, muito feliz quando eu conheci. O espaço ficou ótimo", afirma Cristiane Maciel da Silva, mãe do bebê Miguel, de 10 meses, que é uma das beneficiadas com a entrega da nova Creche Escola da cidade de Capela do Alto, inaugurada em setembro.

O presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), Fabrício Moura Moreira, responsável

pelos obras da educação, ressalta as entregas realizadas no último mês: "Foram mais três creches inauguradas no período setembro de 2024. Já são 53 creches entregues, mais de 6.800 novas vagas em creches em todo o estado de São Paulo. Essa é uma entrega muito importante, muito relevante. São mais de duas creches entregues todo mês aqui pela FDE e disponibilizando isso para todo o povo do estado de São Paulo".

Além das unidades do

Programa Creche Escola, o Governo de São Paulo tem investido em novas construções e reformas de edifícios escolares de sua rede. Desde o início da gestão, o governo entregou 1.959 obras em escolas e creches públicas em 21 meses de gestão, um aporte de R\$ 1,3 bilhão.

Cerca de 996 mil alunos de 422 cidades paulistas já foram beneficiados pelas obras concluídas, que incluem reformas completas de escolas estaduais, melhorias em qua-

dras, cozinhas, refeitórios e salas de aula, revitalização de fachadas, intervenções em telhados e adequações para acessibilidade, laboratórios profissionalizantes e climatização.

Na Educação, as obras são contratadas e executadas de duas formas: ou via Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) ou realizadas por meio de acordos com prefeituras municipais.

Então, é um resultado bem expressivo em termos

de volume de entregas, o que representou mais de 80 milhões de investimentos só no mês de setembro. Quando a gente analisa o período de janeiro de 2023 até setembro de 2024, já são mais de 1 bilhão e 300 milhões de reais investidos em mais de 1.950 entregas em todo o estado de São Paulo e mais de 400 municípios. Essas intervenções são muito importantes para garantir uma infraestrutura de qualidade para todas as nossas escolas".

Bandeirantes Deicmar Logística Integrada S.A.
CNPJ/MF 58.188.756/0001-96 - NIRE 35.3.0054925-2
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do artigo 10º do Estatuto Social da **Bandeirantes Deicmar Logística Integrada S.A.** ("Companhia"), ficam os senhores acionistas da Companhia convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 16 de outubro de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, a fim de deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia: (I) O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; (II) Autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação acima; e (III) Outros assuntos de interesse da Companhia. Para participar da AGE, solicita-se ao acionista que apresente: (a) documento hábil de sua identidade, na forma do artigo 126, da Lei das Sociedades por Ações; ou (b) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador.
Santos, 03 de outubro de 2024
Washington Flores Junior
(Presidente do Conselho de Administração)

2W Ecobank S.A.
(nova denominação da 2W Energia S.A.)
CNPJ/ME nº 08.773.135/0001-00 - NIRE 35.300.341.252
Edital de Convocação para a Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, em Duas Séries da 2W Ecobank S.A.
Ficam convocados os senhores titulares de debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, da 2W Ecobank S.A. ("Emissão", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, em Duas Séries, da 2W Energia S.A.", celebrado em 24 de novembro de 2022, conforme aditada, entre a Companhia e a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (respectivamente, "Agente Fiduciário" e "Escritura de Emissão"), para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 31 de outubro de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, admitindo-se também a adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma "Zoom" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (1) aprovar a proposta de renegociação das condições de pagamento das Debêntures apresentada pela Emissora, nos termos previstos no material de apoio disponibilizado aos Debenturistas, na presente data, nos endereços da Emissora e/ou do Agente Fiduciário (respectivamente, "Material de Apoio" e "Proposta de Renegociação"); (2) caso a matéria acima seja aprovada, aprovar a prática pelo Agente Fiduciário de todos os atos eventualmente necessários para formalizar a adesão à Proposta de Renegociação, incluindo, mas não se limitando à celebração dos documentos definitivos da operação, estrictamente no que for necessário para viabilizar a implementação do que for aprovado na presente assembleia sem a necessidade de realização de nova assembleia geral de debenturistas. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Zoom" deverão solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço eletrônico ri@2wecobank.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário através dos endereços eletrônicos agente.fiduciario@vortex.com.br e ahg@vortex.com.br, com antecedência de até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 24 horas antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Zoom". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@2wecobank.com.br, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelo e-mail ri@2wecobank.com.br e/ou pelo telefone 11.3957.9400, ou com o Agente Fiduciário, através dos e-mails agente.fiduciario@vortex.com.br e ahg@vortex.com.br. A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que esta será realizada exclusivamente de modo digital, bem como não haverá a participação a distância por meio de instrução de voto. Na data da AGD, o link de acesso à plataforma "Zoom" estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (<http://www.vortex.com.br>), da Companhia (<http://ri.2wecobank.com.br>) e da CVM na rede mundial de computadores (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.
São Paulo, 08 de outubro de 2024
2W ECOBANK S.A.
Marcos Guedes Pereira
Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

2W Ecobank S.A.
(nova denominação da 2W Energia S.A.)
CNPJ/ME nº 08.773.135/0001-00 - NIRE 35.300.341.252
Edital de Convocação para a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures, em Duas Séries, sendo a Primeira Série composta por Debêntures Conversíveis em Ações e a Segunda Série composta por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 2W Ecobank S.A.
Ficam convocados os senhores titulares de debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão de debêntures, em duas séries, sendo a primeira série composta por debêntures conversíveis em ações e a segunda série composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, da 2W Ecobank S.A. ("Emissão", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, em Duas Séries, sendo a Primeira Série composta por Debêntures Conversíveis em Ações e a Segunda Série composta por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da 2W Energia S.A.", celebrado em 24 de novembro de 2021, conforme aditada, entre a Companhia, o Sr. Ricardo Lopes Delneri, o Sr. Claudio Ribeiro da Silva Neto, o Sr. Maurício José Palmieri Orlandi e a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), com intervenção da Sra. Flávia Abreu Ribeiro e da N.I.I. Participações, conforme aditado ("Escritura de Emissão"), para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 31 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, admitindo-se também a adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma "Zoom" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (1) aprovar a proposta de renegociação das condições de pagamento das Debêntures apresentada pela Emissora, nos termos previstos no material de apoio disponibilizado aos Debenturistas, na presente data, nos endereços da Emissora e/ou do Agente Fiduciário (respectivamente, "Material de Apoio" e "Proposta de Renegociação"); (2) caso a matéria acima seja aprovada, aprovar a prática pelo Agente Fiduciário de todos os atos eventualmente necessários para formalizar a adesão à Proposta de Renegociação, incluindo, mas não se limitando à celebração dos documentos definitivos da operação, estrictamente no que for necessário para viabilizar a implementação do que for aprovado na presente assembleia sem a necessidade de realização de nova assembleia geral de debenturistas. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Zoom" deverão solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço eletrônico ri@2wecobank.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário através dos endereços eletrônicos agente.fiduciario@vortex.com.br e ahg@vortex.com.br, com antecedência de até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 24 horas antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Zoom". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@2wecobank.com.br, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelo e-mail ri@2wecobank.com.br e/ou pelo telefone 11.3957.9400, ou com o Agente Fiduciário, através dos e-mails agente.fiduciario@vortex.com.br e ahg@vortex.com.br. A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que esta será realizada exclusivamente de modo digital, bem como não haverá a participação a distância por meio de instrução de voto. Na data da AGD, o link de acesso à plataforma "Zoom" estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (<http://www.vortex.com.br>), da Companhia (<http://ri.2wecobank.com.br>) e da CVM na rede mundial de computadores (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.
São Paulo, 08 de outubro de 2024
2W ECOBANK S.A.
Marcos Guedes Pereira
Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

Faça uma cotação no Diário Comercial e se surpreenda, com o melhor custo-benefício do mercado para publicações legais e financeiras.

Fale com quem entende de Publicidade Legal.

O Diário Comercial é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de Publicidade Legal.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br